



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA - FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEdoC**

THAISSE GONÇALVES DOS SANTOS ROSA

**JUVENTUDE E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE
DA OPINIÃO DE LEDOQUIANOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VÃO
DE ALMAS**

Planaltina - DF

2024

THAISSE GONÇALVES DOS SANTOS ROSA

JUVENTUDE E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DA
OPINIÃO DE LEDOQUIANOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VÃO DE
ALMAS

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Educação do Campo –
LEdoC, da Universidade de Brasília, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciada em Educação do Campo.
Orientadora: Dra. Eliene Novaes Rocha.

Planaltina - DF

2024

THAISSE GONÇALVES DOS SANTOS ROSA

JUVENTUDE E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DA
OPINIÃO DE LEDOQUIANOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VÃO DE
ALMAS

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em
Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para a obtenção do
título de licenciada em Educação do Campo.

Aprovado em 23/09/2024

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Eliene Novaes Rocha – Presidente - FUP/UnB

Profa. Dra. Clarice Santos- Membro Interno - FUP/UnB

Profa. Dra. Kelci Pereira - Membro Interno - FUP/UnB

Planaltina - DF

2024

Dedico esta pesquisa à memória da minha avó Rosa dos Santos Rosa e de todos aqueles que ajudaram na existência da comunidade do Vão de Almas, e que, infelizmente, não estão mais em nosso meio. Dedico também a cada trabalhador rural que sempre permaneceu no campo e que não teve a oportunidade de estudar, mas que de uma forma ou de outra contribuiu com seus saberes e fazeres para a formação da juventude futura. Dedico também à minha mãe e ao meu pai, que apesar de serem pessoas humildes do campo, derrubaram vários obstáculos para criarem a mim e à minha irmã, vindo a nos oferecer as oportunidades que eles não tiveram, dentre elas, a de ter um nível superior de ensino. Dedico também à minha filha, que hoje é e foi o meu maior motivo de querer seguir com essa formação e ao meu esposo, por sempre estar ao meu lado e me apoiar em tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, que me concedeu, e pela fé que tenho aos santos e às santas de minha devoção, pois no decorrer da minha vida e nas tantas batalhas vencidas, sinto que fui e sou abençoada por eles.

À minha família por ter me ajudado a permanecer no curso, em especial minha mãe Zeli Gonçalves dos Santos e ao meu pai Jerônimo dos Santos Rosa, por me ajudarem, inclusive financeiramente, sempre que precisei. Agradeço também à minha filha Elisa Gomes Gonçalves, que hoje é a minha maior motivação para querer ter um nível superior, e adquirir novos conhecimentos, bem como de ser uma educadora.

Ao meu companheiro, Diego Gomes do Carmo, por ser uma pessoa especial que Deus colocou na minha vida, por ele sempre ter disposição para me ajudar com as coisas da faculdade, enfim, sempre me apoiou e me incentivou a permanecer no curso.

Aos colegas e aos amigos que me aconselharam a não desistir do curso e que me ajudaram nos momentos de dúvidas. Ao professor Jair Reck, por tanto aprendizado adquirido no Projeto PET, ao qual fiz parte durante dois anos.

À minha orientadora, Eliene Novaes, pela paciência e por toda ajuda.

Ao programa de Bolsa Permanência do MEC, por ter disponibilizado o benefício, pois sem ele jamais permaneceria na LEdoC.

À minha turma, Marielle Franco, pela amizade e companhia. De um modo especial, à minha colega que se tornou amiga, Iraildes Dias, que sempre me incentivou à permanência do curso, quando eu pensava em desistir de meus objetivos.

*"Se a educação sozinha
não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda."*

*"Ninguém educa ninguém,
ninguém educa a si mesmo,
os homens educam-se entre si,
mediatizados pelo mundo."*

(Paulo Freire)

RESUMO

Este estudo trata sobre a juventude e a Agricultura Familiar, de modo que este teve como objetivo analisar a contribuição da juventude ledoquiana para o fortalecimento da Agricultura Familiar no contexto social da comunidade quilombola kalunga do Vão de Almas, localizada na zona rural do município de Cavalcante, no Estado de Goiás. Para tanto, em sua metodologia, utilizou-se a abordagem qualitativa, sendo empregada a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e, por último, a pesquisa de opinião. No caso dessa última, empregou-se um formulário on-line, criado a partir do *google forms*, e que teve a participação de nove estudantes da LEdoC da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e que fazem parte da comunidade estudada. Dessa forma, chegou-se ao entendimento de que existe um vínculo entre os jovens ledoquianos e as práticas de Agricultura Familiar desempenhadas junto às suas famílias nesse contexto, contudo, observou-se que tal relação ainda é regular, levando em consideração a dificuldade que esses alunos possuem de conciliarem os estudos com várias outras atividades que precisam realizar para atenderem demandas do mercado tradicional e deste setor produtivo, de modo que a disponibilidade de tempo que dispunham opõe às exigências desse processo. Assim, os achados demonstraram ser essencial a criação de políticas públicas para o fortalecimento dessa interação, tendo-se a finalidade de que no campo seja possível ampliar as chances de soluções de problemas sociais diversos existentes a partir da aproximação dos jovens vinculados à LEdoC com a dinâmica da Agricultura Familiar, bem como com a escola e com a comunidade local, de maneira que a sucessão agrícola e cultural dos quilombos seja preservada de modo que a sua juventude seja estimulada a ser ativa nesse contexto.

Palavras chaves: Juventude; Agricultura Familiar; Licenciatura em Educação do campo; Quilombola.

ABSTRACT

This study deals with youth and Family Farming, so its objective was to analyze the contribution of Ledoquian youth to the strengthening of Family Farming in the social context of the Kalunga quilombola community of Vão de Almas, located in the rural area of the municipality of Cavalcante, in the State of Goiás. To this end, in its methodology, a qualitative approach was used, using bibliographical research, documentary research and, finally, opinion research. In the case of the latter, an online form was used, created from Google Forms, and which had the participation of nine LEdoC students from Faculdade UnB Planaltina (FUP) and who are part of the community studied. In this way, we came to the understanding that there is a link between young Ledoquians and the Family Farming practices carried out with their families in this context, however, it was observed that this relationship is still regular, given the difficulty these students face they have to reconcile their studies with several other activities that they need to carry out to meet the demands of the traditional market and this productive sector, so that the availability of time they have counteracts the demands of this process. Thus, the findings demonstrated that it is essential to create public policies to strengthen this interaction, with the aim of making it possible in the field to increase the chances of solutions to various coexisting social problems by bringing together young people linked to LEdoC with the dynamics of Family Farming, as well as with the school and the local community, so that the agricultural and cultural succession of quilombos is preserved so that their youth are encouraged to be active in this context.

Key words: *Youth; Family farming; Fortification; Quilombola.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Faixa etária dos participantes.....	47
Figura 2: Gênero dos participantes.....	48
Figura 3: Nível de escolaridade dos participantes.....	48
Figura 4: Renda dos participantes.....	49
Figura 5: Profissão dos participantes.....	49
Figura 6: Nível de envolvimento dos jovens ledoquianos com a Agricultura Familiar.....	50
Figura 7: Tipo de produção agrícola das famílias.....	51
Figura 8: Participação do jovem na escolha do cultivo.....	51
Figura 9: Quantidade de participantes na Agricultura Familiar.....	52
Figura 10: LEdoC na participação dos jovens na Agricultura Familiar.....	53
Figura 11: Como o jovem ledoquiano está contribuindo para a Agricultura Familiar?.....	54
Figura 12: Limites para a participação do jovem ledoquiano na Agricultura Familiar.....	55
Figura 13: Possibilidades para a participação do jovem ledoquiano na Agricultura Familiar?.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS

DF	Distrito Federal
ENERA	Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
FUP	Faculdade UnB de Planaltina
GO	Goiás
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LEdoC	Licenciatura em Educação do Campo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
UFG	Universidade Federal de Goiás
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

PARTE I - MEMORIAL.....	12
1.1 FORMAÇÃO DA PESQUISADORA - AUTORA.....	12
1.2 MEMORIAL.....	12
PARTE II – MONOGRAFIA.....	15
INTRODUÇÃO.....	15
1 REVISÃO TEÓRICA.....	19
1.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	19
1.2 AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA QUILOMBOLA: BREVES REFLEXÕES	22
1.2.1 O papel da Agricultura Familiar nas comunidades quilombolas.....	22
1.2.2 Juventude do campo: relação com a Agricultura Familiar, dilemas e sonhos.....	26
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	28
1.3.1 Programa de Aquisição de Alimentos – (PAA) e sua importância para a sustentabilidade do jovem no campo.....	28
1.3.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar – (PNAE) como alternativa de renda na Agricultura Familiar.....	30
1.3.3 O Programa Nacional de Agricultura Familiar – (PRONAF).....	33
1.4 FORMAÇÃO, INCENTIVO E CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL NO CAMPO.....	34
1.5 CARACTERÍSTICAS DA JUVENTUDE QUILOMBOLA: DINÂMICA DE VIDA E ANSEIOS.....	36
1.5.1 Aspectos sobre a juventude quilombola.....	36
1.5.2 Sustentabilidade da juventude no campo: demandas e necessidades básicas.....	38
1.6 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A SUSTENTABILIDADE DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA VÃO DE ALMAS EM ESPECIAL DA JUVENTUDE.....	40
2 METODOLOGIA	43
2.1 TIPOS DE PESQUISAS UTILIZADAS.....	43
2.2 PARTICIPANTES.....	44
2.3 LOCAL DA PESQUISA.....	44
2.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS.....	46
2.5 DADOS SOCIECONÔMICOS DOS PARTICIPANTES.....	47
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	50
3.1 O ENVOLVIMENTO DO JOVEM LEDOQUIANO NA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DO VÃO DE ALMAS.....	50
3.2 INFLUÊNCIA DOS SABERES DE LEDOC NA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DO VÃO DE ALMAS.....	53
3.3 COMO O JOVEM LEDOQUIANO ESTÁ FORTALECENDO A AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DO VÃO DE ALMAS?.....	54

3.4 OS LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM LEDOQUIANO NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DO VÃO DE ALMAS.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICES.....	63
Apêndice A – Questionário de Pesquisa de Opinião (Formulário Google Forms).....	63

PARTE I - MEMORIAL

1.1 FORMAÇÃO COMO PESQUISADORA

Nesse tópico é apresentado a minha história de vida, de maneira a enfatizar aspectos que envolvem a sua trajetória até a universidade, portanto são apresentados elementos que ajudam a destacar minha história de luta e de desafios, pelos quais passei em busca de concluir os seus objetivos acadêmicos, o que foi enfim obtido através da formação em LEdoC.

1.2 MEMORIAL

Meu nome é Thaísse, recebi esse nome por indicação do meu padrinho, e, portanto, assino como Thaísse Gonçalves dos Santos Rosa. Nasci em 1º de outubro de 1994, na Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição, localizada na cidade de Campos Belos, no Estado de Goiás, e atualmente resido em Cavalcante-GO, sou casada e tenho uma filha de 1 ano e 5 meses.

Meu pai se chama Jerônimo, tem 51 anos e atualmente é pedreiro, porém em boa parte de sua vida este trabalhou com trabalhos voltados à Agricultura Familiar. Já minha mãe se chama Zeli, tem 48 anos e assim como meu pai trabalhou a maior parte da sua vida com trabalhos voltados à Agricultura Familiar. Atualmente ela exerce a função de diarista.

Fui aluna do Pré-Escolar, David José Vidal, da Escola Municipal Tia Cici e do Colégio Estadual Elias Jorge Cheim. Cursei no Pré-Escolar David José Vidal, o popular Pré, por dois anos, de 2000 a 2001 (Pré I e II). No Pré II foi onde aprendi a ler e escrever. Na Escola Municipal Tia Cici cursei parte do meu Ensino Fundamental, do segundo ao quinto ano, entre os anos 2000 e 2005, onde tive muitas experiências boas e ruins.

Entre anos de 2006 a 2012, no Colégio Estadual Elias Jorge Cheim, cursei parte do meu Ensino Fundamental e todo o meu Ensino Médio. Terminei a etapa do Ensino Médio com 18 anos, no ano de 2012. Nesse mesmo ano consegui meu primeiro emprego, em uma farmácia, na qual trabalhei por 14 meses. Nesse emprego adquiri muito conhecimento na área farmacêutica, pois trabalhava com a indicação de medicamentos. No ano de 2014 pedi conta do emprego, pois queria cursar o curso de técnico em enfermagem, curso esse que frequentei pouco mais de um mês, pois não gostei do método de ensino e achei poucas as aulas

presenciais para adquirir conhecimentos necessários para exercer a função. Além disso, os gastos com o curso eram muito altos, e como estava desempregada e não conseguia um novo emprego, que tivesse horário compatível, eu não tinha condições de arcar com a referida formação técnica.

O tempo foi se passando e várias coisas aconteceram. No ano de 2016 decidi partir para uma nova profissão, manicure e artesã, onde sigo com elas até os dias atuais. Faço crochê nas horas vagas e bordo chinelos com pérolas.

Em 2017 me inscrevi em um processo seletivo pela UFG, o UFGInclui, que dá a oportunidade para indígenas e quilombolas de se ingressarem no Ensino Superior, concorrendo apenas entre si, com duas e em alguns cursos 4 vagas disponibilizadas, sendo que metade dessas era para indígenas e outra metade para quilombolas. Assim, ao concorrer como quilombola fui classificada no curso de farmácia e deixei a minha cidade para morar em Goiânia.

Achava muito legal a profissão de farmacêutico e por esse motivo escolhi o curso, mas estava enganada em relação ao que queria, não é porque tinha trabalhado em uma farmácia que ia gostar do processo de formação para ser uma farmacêutica. E realmente não gostei. Apesar de não gostar e não me identificar logo de cara com o curso, ainda cursei dois semestres do curso, pois não queria renunciar ao curso sem ter outro garantido. Durante os dois semestres cursados não tive bons resultados, pois os métodos de ensino não tinham nada a ver com a minha realidade, pois as escolas nas quais estudei tinham um método de ensino um pouco fraco.

Ainda estudando na UFG e morando em Goiânia me inscrevi no processo seletivo da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) e tive o prazer de ser contemplada com a aprovação para cursar esse curso. Fui classificada na primeira chamada, fiquei muito feliz, pois já tinha tentado me ingressar na LEdoC por duas vezes e tinha sido sem sucesso, pois não tinha conhecimento sobre os documentos necessários para que fazer minha inscrição, por tanto não conseguia sequer ter a inscrição homologada.

Assim, retornei para minha cidade no final de 2017 e não pretendo mais mudar para outra cidade. Já em 2018, muito otimista, comecei a cursar a LEdoC e logo de cara gostei muito do curso e me identifiquei, pois diferentemente dos outros que eu já havia iniciado a LEdoC tem um ensino de alternância, o que faz com não seja necessário deixar a nossa casa, nossa família, nossas tradições e cultura para morar em outra cidade. E desta vez, mesmo com tantas vontades de desistir estou dando o meu melhor para que seja diferente dos outros cursos e que dessa vez eu consiga concluir a LEdoC, pois chega de parar no meio do caminho.

Em 2019 conheci o Diego, meu atual companheiro. Em nossa história aconteceu tudo muito rápido, mas graças a Deus é uma relação muito boa e saudável, pois ele é uma pessoa maravilhosa que não mede esforços para cuidar de mim e da nossa filha, Elisa. Nós começamos a namorar dia 8 de dezembro de 2019 e em outubro de 2020 passamos a morar juntos. Em abril de 2021 descobri que estava grávida e em meio a tantos medos e angústias e tive que redobrar os cuidados devido à Pandemia de Covid 19. No dia 03 de dezembro nasceu a Elisa e graças a Deus deu tudo certo e ela nasceu com saúde, e sendo hoje tudo de melhor que já me aconteceu, sendo ela quem me motiva ainda mais a correr atrás dos meus sonhos e objetivos.

Atualmente, tendo a Elisa de apenas 1 ano e 5 meses, não está sendo nada fácil, mas estou tentando manter o foco para seguir com as minhas atividades acadêmicas e conduzir a minha vida entre trabalho, família e estudos.

Contudo, a minha história de vida não se resume apenas a esses pequenos relatos, mas é preciso dar um ponto final, pois uma grande história de vida não se resume em poucas linhas.

PARTE II – MONOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Por muitas vezes o jovem enquanto sujeito na sociedade é identificado como sendo a esperança para a construção de um mundo ou de uma sociedade melhor, de maneira que, quando se trata do contexto do campo, local onde coexistem tantas questões sociais, a juventude termina por ocupar um lugar de destaque para ajudar a sanar os conflitos ali presentes e viabilizar as conquistas de seu povo, de modo que a juventude aponta para perspectivas de futuro e progresso social.

Essa concepção, de certo modo, interage com a perspectiva de que os jovens no ambiente rural ajudam a fortalecer a resistência e as lutas de suas comunidades, de modo que esses sujeitos sociais precisam ganhar maior visibilidade e espaço de participação através de políticas públicas, como as iniciadas a partir dos primeiros mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, e na sequência, através da gestão da presidenta Dilma Rousseff (SANTOS *et al.*, 2022).

De certo modo, obtém-se que seja na cidade ou no campo, um novo desenvolvimento que garanta o futuro das novas gerações exige pensar e repensar os nossos modos de viver, desde os hábitos do cotidiano que degradam o meio ambiente e desperdiçam recursos, até a forma econômica de gerar empregos e rendas. Desta maneira, no meio rural, a Agricultura Familiar se destaca como uma das formas de conceder à juventude melhores condições para esta manter-se no campo, de maneira que:

A Agricultura Familiar no Brasil se apresenta como uma possibilidade de vida, produção e realização de inúmeras pessoas que vivem no campo e do campo brasileiro (cerca de 30,8 milhões). Ainda se debate, no entanto, com obstáculos para assim se concretizar, entre eles, o problema da sustentabilidade. (BRASIL, 2010, p.22).

Com isso, é possível compreender que uma das melhores possibilidades do Brasil nesse caminho da sustentabilidade está no campo, e isso é através da Agricultura Familiar, pois além de responder pela maior parte dos alimentos na mesa dos brasileiros, ela permite o uso de métodos menos prejudiciais ao meio ambiente, emprega mais pessoas e cria mais alternativas, principalmente para os jovens que por muitas vezes deixam o campo em busca de construir um futuro melhor na cidade. E este debate necessita, atualmente, de ganhar maiores espaços, como bem pode-se destacar:

Os debates sobre *juventude*, no Brasil, são recentes, arrancam nas décadas de 1980 e 1990, chamando a atenção sobre a diversidade do meio juvenil. Não veem a juventude como algo homogêneo. Então, um aspecto importante é descobrir essa

diversidade. Mesmo entre os jovens e as jovens da Agricultura Familiar deve haver muitas singularidades. (BRASIL, 2010, p.59, grifos do autor).

Assim sendo, a juventude do campo precisa ser reconhecida como sendo está formada por sujeitos que possuem suas singularidades que ajudam a afirmá-los enquanto aqueles que devem ter a oportunidade de exercerem o seu protagonismo na sociedade.

Por outro lado, quando se fala de Agricultura Familiar, trata-se de um dos setores que mais podem contribuir para o desenvolvimento sustentável e inclusão social, econômica e política da juventude do campo, porém, no Brasil, esse setor não tem sido contemplado como deveria, e com isso, continua sofrendo impactos desastrosos, como a dificuldade para a geração de renda, e de proporcionar a inserção dos pequenos agricultores no mercado.

É importante ressaltar que por muitas vezes preserva-se a percepção de que o meio rural, no qual a Agricultura Familiar opera, é um espaço marcado pela falta de acesso a bens, serviços e infraestrutura. De forma que isso interage com o que destaca Arroyo (2012) em torno da persistência do preconceito de que aquilo que é realizado no campo é inferior ao que é efetuado nas cidades, e ainda, a infeliz visão de que os sujeitos do campo devem prevalecer marginalizados dos processos formativos e educacionais. Porém, é preciso superar esses pontos negativos que limitam o desenvolvimento do campo e da juventude que neste coexiste.

Com isso, diante de limitações culturais e sociais, os jovens acabam sendo empurrados para as grandes cidades em busca de melhores oportunidades de estudos e de empregos, de forma que esses são os mais atingidos com a falta de investimento e de políticas para o setor educacional e agrícola nas comunidades do campo. Diante disso, é fundamental o reconhecimento da importância da juventude neste debate, revendo-se velhos conceitos como mencionado abaixo:

Os que são identificados como jovens carregam uma imagem marcada pelo descompromisso e desinteresse, associada à falta de legitimação como produtor rural. Recai sobre eles uma construção ainda mais complexa das percepções dominantes sobre 'ser rural' em um mundo urbano. São estigmatizados em espaços urbanos através de identificações como a de roceiro e, em casa, são tratados como 'muito urbanos' para terem interesse pela terra. Esse fator reforça a deslegitimação social da atuação dos que são identificados como jovens em espaços de representação e organização nos assentamentos e acampamentos. (BRASIL, 2010, p.64).

Por tanto, para superar essas limitações e promover a valorização do sujeito do campo, é que entre os programas de relevância para a capacitação e o fortalecimento da juventude nesse contexto surge um método de oferta de Ensino Superior capaz de viabilizar a

permanência do jovem em suas comunidades, como bem é o caso do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), que veio a possibilitar uma importante conquista em política educacional principalmente pelo seu modelo de alternância, proporcionando a interação dos saberes científicos com os tradicionais presentes na dinâmica social onde vivem os estudantes (MOLINA; SÁ, 2012).

Sobretudo a LEdoC busca ampliar a relação dos seus estudantes com os processos sociais que caracterizam a dinâmica do povo do campo, como bem é o caso da Agricultura Familiar, que de acordo com Bertolini; Paula Filho e Mendonça (2020), representa a produção mais saudável de alimentos na sociedade, sendo o setor que sustenta milhões de pessoas no mundo e que precisa ser reconhecido em sua importância na área social e econômica no Brasil.

E nessa conjuntura da Agricultura Familiar, desempenhada por famílias do campo, é onde os educadores formados em LEdoC são preparados para atuarem, de maneira que esses podem ajudar as comunidades rurais, entre elas as quilombolas, a se afirmarem e atuarem enquanto sujeitos capazes de utilizarem o contexto agrícola para a manifestação de saberes e empoderamento social e cultural dos moradores desses locais (ARROYO, 2012).

Diante disso, o cenário de quilombo como bem é o caso da comunidade do Vão de Almas, em Cavalcante-Goiás, requer cada vez mais estudos em torno do papel de seus jovens na Agricultura Familiar, entendendo-se a sua relevância para a dinâmica de vida no campo, um vez que esta prática encontra-se atrelada à formação e sobrevivência dos quilombos brasileiros ao longo da constituição desses espaços de empoderamento e de resistência à escravidão negra (VELLOZO; ALMEIDA, 2019; LIMA, 2012).

Com isso a questão de pesquisa baseia-se em responder: como a juventude ingressa ou egressa da LEdoC vem contribuindo para o fortalecimento da Agricultura Familiar na comunidade quilombola do Vão de Almas?

Portanto, o objetivo geral deste estudo é analisar a contribuição da juventude ledoquiana para o fortalecimento da Agricultura Familiar no contexto da comunidade quilombola kalunga do Vão de Almas.

Ao passo que os seus objetivos específicos consistem em: Levantar os elementos conceituais, históricos e sociais em torno da juventude, da Agricultura Familiar, da Licenciatura em Educação do Campo e do povo quilombola; Identificar a dinâmica de relação dos ledoquianos (ingressos ou egressos) com as atividades agrícolas da comunidade do Vão de Almas; e analisar os limites e as possibilidades da interação entre os jovens ledoquianos e o desenvolvimento da Agricultura Familiar do local em estudo.

Para isso, aplica-se a pesquisa bibliográfica e documental, tendo-se bases como Caldart *et al.* (2012), Cupertino (2012), Giacomelli (2015), Santos *et al.* (2022), Zago e Bordignon (2012), Molina (2012), Brasil (2010) e entre outros que contribuíram para a reflexão teórica a respeito dos aspectos que envolvem a juventude e a Agricultura Familiar do campo. Também, faz-se o emprego da pesquisa de opinião, na qual tem-se as percepções, as avaliações e as perspectivas trazidas pelos jovens quilombolas da comunidade do Vão de Almas e que estão vinculados à LEdoC, de modo que nesta oportunidade é possível a construção de novos conhecimentos e observações sobre a realidade vivenciada pelos mesmos ao longo do processo de formação e interação com a área da Agricultura Familiar exercida junto aos seus familiares.

Enfim, o estudo encontra-se distribuído pelas seguintes partes: I - Revisão Teórica, onde expõe-se os principais conceitos e reflexões de autores e documentos oficiais a respeito das pautas juventude e Agricultura Familiar e aspectos que os caracterizam; II - Metodologia, na qual são apresentadas as etapas inerentes ao desenvolvimento das buscas de dados, da caracterização das fontes e público-alvo, bem como dos procedimentos e do instrumento utilizado para esta finalidade; III – Resultados e Discussão, parte na qual são apresentados os achados decorrentes da etapa da pesquisa de opinião, realizada juntamente com os jovens quilombolas ledoquianos. Sequencialmente, tem-se as Considerações Finais, em que traz-se as reflexões do relatório de estudo apresentado, e por último, as referências das autorias utilizadas, e o apêndice, com os materiais criados para a coleta de dados.

1 REVISÃO TEÓRICA

1.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Antes mesmo de falar de Licenciatura em Educação do Campo, é fundamental observar antes sobre a Educação do Campo, que termina por ser uma manifestação da vontade e dos sonhos dos povos rurais, que de acordo com Caldart *et al.* (2012), tanto lutaram por um ensino que melhor representasse suas ambições de empoderamento e fortalecimento dessas comunidades.

Quanto ao termo Educação do Campo, obtém-se que:

O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004 (CALDART, 2012, p.259-260).

Logo, é conhecido que o processo de construção da Educação Básica do Campo nasceu de momentos de forte imposição social, que de certo modo foi induzido pelo propósito de trazer um ensino de qualidade e capaz de considerar a realidade dos camponeses, garantido à juventude condições de permanência e vivências nesse contexto.

Destaca-se, ainda, que após importantes discussões erigidas durante a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, foi quando adotou-se uma definição para a Educação do Campo, como pode ser visto a seguir:

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (CALDART, 2012, p.259-260).

Assim, a Educação do Campo termina oportunizando o ensino aos diferentes públicos que compõem este setor social, portanto, essa definição é muito mais inclusiva e consegue reproduzir os objetivos de fortalecimento da formação educacional nesta área.

Compreende que o curso de Licenciatura em Educação do Campo, cujo seu projeto político-pedagógico é aprovado em 2007, de modo que a sua primeira turma foi aberta através de uma parceria feita junto ao ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), sendo esta formação ministrada por quatro instituições públicas de Ensino Superior, entre elas, a Universidade de Brasília (UnB), justamente no intuito de operar um ensino do e para o campo.

De certo modo, entende-se que:

Esta nova modalidade de graduação que nasce a partir da luta dos movimentos sociais do campo para conquistar uma política específica de formação de educadores para atuar nas escolas do território rural, tem exatamente, como maior intencionalidade, a perspectiva de formar um docente capaz de promover um profundo vínculo entre as tarefas específicas das escolas e as demandas da comunidade durante a realização destas tarefas. (MOLINA; SÁ, 2012, p.468).

Portanto, a LEdoC surge justamente para materializar os ideais de lutas sociais no seio do campo no Brasil, principalmente, essa formação viabiliza que o profissional de ensino, capacitado para atuar em escolas presentes nesse contexto de comunidades camponesas, seja aperfeiçoado para conduzir seus alunos a fortalecerem os vínculos e a interação entre os saberes e fazeres do campo e os saberes científicos trabalhados no universo educativo das escolas presentes nas áreas rurais.

De certo modo, ainda de acordo com Molina e Sá (2012), entre os elementos que são considerados como fundamentais para o estabelecimento da referida política educacional encontram-se: ações afirmativas com potenciais de transformarem a realidade da educação desenvolvida no campo; políticas que possam expandir a educação do e no campo; consistência na formação dos educadores que atuam nesta área, de modo que esses sejam capazes de trazerem transformações de caráter político-pedagógico nas escolas e comunidades; dando destaque a organização pedagógica, e em práticas multidisciplinares na atuação docente e da equipe educacional.

É fundamental a compreensão de que no contexto de LEdoC:

A Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo, em suas lutas cotidianas para manterem esta identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo. Ao organizar metodologicamente o currículo por alternância entre tempo escola e tempo comunidade, a proposta curricular do curso objetiva

integrar a atuação dos sujeitos educandos na construção do conhecimento necessário à sua formação de educadores, não apenas nos espaços formativos escolares, mas também nos tempos de produção da vida nas comunidades onde se encontram as Escolas do Campo (MOLINA; SÁ, 2012, p.469-470).

Portanto, a formação dos chamados ledoquianos termina por equilibrar, desde a formação dos educadores, em uma proposta de integração entre a comunidade e o ensino, por consequentemente, essa dinâmica interdisciplinar termina sendo reproduzida no campo docente, quando esses profissionais estão em atuação em sala de aula junto às suas comunidades, levando em consideração que, essa característica de aprendizagem ativa é replicada pelos seus alunos no cotidiano de suas famílias rurais, quilombolas, ribeirinhas e indígenas.

Tem-se ainda que:

A habilitação de docentes por área de conhecimento tem como um dos seus objetivos ampliar as possibilidades de oferta da educação básica no campo especialmente no que diz respeito ao ensino médio, pensando em estratégias que maximizem a possibilidade de as crianças e os jovens do campo estudarem em suas localidades de origem. Além do objetivo de ampliar as possibilidades de oferta da educação básica, há que se destacar a intencionalidade maior da formação por área de conhecimento de contribuir com a construção de processos capazes de desencadear mudanças na lógica de utilização e de produção de conhecimento no campo (MOLINA; SÁ, 2012, p.470-471).

Nesse sentido, o processo de habilitação de educadores do e para o campo termina por estipular as políticas educacionais voltadas para a Educação Básica do Campo (D'AGOSTINI; TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2012), principalmente, voltando-se para o engajamento dos estudantes com as causas do campo, de modo a possibilitar a permanência na comunidade de crianças, jovens e adultos que estão nesta etapa educativa.

Em complemento, obtém-se que a formação em LEdoC pode ser compreendida como um método educacional que “intenciona também evitar que o ingresso de jovens e adultos na educação superior reforce a alternativa de deixar de viver no campo, bem como objetiva facilitar o acesso e a permanência no curso dos professores em exercício” (MOLINA; SÁ, 2012, p.468).

Diante disso, é condizente a reflexão de que a juventude, que é o público de atenção desta pesquisa, também está compreendida como parte dos sujeitos que compõem o curso de LEdoC, uma vez que um dos propósitos desta formação é garantir a permanência dos jovens ingressados tanto na universidade onde estudam quanto em suas comunidades do campo/de origem. Portanto, nos padrões inclusivos que esse programa de estudo encontra-se fundamentado, são criados os devidos meios para a manutenção desses estudantes no Ensino

Superior, de modo a impedir situações de êxodos rurais da juventude.

1.2 AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA QUILOMBOLA: BREVES REFLEXÕES

Mais adiante, nos subtópicos, traz-se breves reflexões em torno do conceito e do papel da Agricultura Familiar no contexto de comunidades quilombolas, de sua juventude, como na sustentabilidade ambiental e econômica possibilitada por arranjos produtivos criados e desenvolvidos em propriedades rurais de atuação de pequenos agricultores no Brasil.

1.2.1 O papel da Agricultura Familiar nas comunidades quilombolas

Em princípio, a Agricultura Familiar pode ser identificada como um termo que não possui definição única, com isso, Neves (2012, p.34), destaca que:

O termo Agricultura Familiar corresponde a múltiplas conotações. Apresenta-se como categoria analítica, segundo significados construídos no campo acadêmico; como categoria de designação politicamente diferenciadora da agricultura patronal e da agricultura camponesa; como termo de mobilização política referenciador da construção de diferenciadas e institucionalizadas adesões a espaços políticos de expressão de interesses legitimados por essa mesma divisão classificatória do setor agropecuário brasileiro (Agricultura Familiar, agricultura patronal, agricultura camponesa); como termo jurídico que define a amplitude e os limites da afiliação de produtores (agricultores familiares) a serem alcançados pela categorização oficial de usuários reais ou potenciais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Nesse sentido, a Agricultura Familiar tem o seu conceito baseado no contexto e na finalidade que está sendo empregada. Diante disso, se considerarmos a categoria analítica, será possível defini-la da seguinte maneira:

[...] corresponde à distinta forma de organização da produção, isto é, a princípios de gestão das relações de produção e trabalho sustentadas em relações entre membros da família, em conformidade com a dinâmica da composição social e do ciclo de vida de unidades conjugais ou de unidades de procriação familiar. [...]. Engloba a pressuposta agricultura de subsistência – isto é, de orientação do uso de fatores de produção por referências fundantes da vida familiar (NEVES, 2012, p.34).

Desta maneira, a Agricultura Familiar a partir dessa concepção está atrelada ao modo de vida comunitário desenvolvido frequentemente nas comunidades rurais brasileiras, tendo-se a participação de membros de uma mesma família no processo de produção agrícola que volta-se para a garantia do sustento e sobrevivência de seus integrantes.

Além do mais, de acordo com Christoffoli (2012), podem ser construídas outras formas de produção para fortalecer a economia das famílias rurais que atuam em produção agrícola, como bem é o caso das chamadas roças comunitárias, entre outras maneiras de cultivo e de comercialização direcionadas ao que é produzido no campo a partir de práticas de cooperação social.

No que diz respeito à Agricultura familiar quilombola, como o nome expressa, refere-se à produção agrícola exercida por grupos étnicos conhecidos como quilombolas, tendo em vista ser uma prática social desenvolvida por descendentes de negros africanos, que foram por longos anos explorados no Brasil, mas que formaram os chamados quilombos para resistirem aos abusos da escravidão daqueles que dominavam o sistema político e econômico nacional daquele período (PARÉ; OLIVEIRA; VELLOSO, 2007).

De certo modo, à luz de Souza e Freitas (2022), em estudo realizado junto a um quilombo do estado da Bahia, é importante o entendimento de que na Agricultura Quilombola as famílias produzem não apenas para a subsistência que seria baseada num sistema de produção principalmente voltado para a sobrevivência familiar, mas é possível reconhecer que esse grupo de pessoas passou a desenvolver uma agricultura voltada para a afirmação de sua existência na realidade social em que ocupam.

Tem-se, portanto, como aponta Ferreira (2022, p.11), que:

A agricultura familiar quilombola, embora seja árdua, é específica para nós, pois trabalhamos nas roças de toco, de onde advém a nossa sobrevivência, e, por isso, entendemos o valor que as roças de toco tem aqui no quilombo, tendo em vista que a produção de subsistência de modo geral, para o meu povo, foi o meio de resistência para continuarmos dentro de nossas propriedades, mesmo diante das investidas de maneira negativa pelos fazendeiros, querendo usurpar das áreas quilombolas que não lhes pertenciam.

Nesse sentido, a Agricultura Quilombola é desenvolvida de forma que essa garante a continuidade vital daqueles que a praticam, assim como foi culturalmente desenvolvida como ferramenta de afirmação e indicação da existência desse grupo étnico na sociedade.

Assim, quando trata-se das comunidades quilombolas, é sabido que a maioria dessas ainda está mantendo as chamadas roças de toco (DIAS, 2017), que fazem parte da cultura desse grupo étnico-social, contudo, há nesse meio aquelas famílias que buscam alguma ajuda mecanizada para o preparo do solo ou para o plantio, de forma que nesse cenário as atividades de Agricultura Familiar terminam por serem uma das principais fontes de sustento para as famílias que formam os quilombos. À vista disso, afirma-se que na realidade brasileira esse fenômeno permite o sustento alimentar da maioria de suas famílias, ou seja, a Agricultura Familiar abastece o mercado interno, enquanto os grandes produtores produzem

principalmente para sustentarem as demandas do mercado de exportação, de modo que, como destacam Bertolini; Paula Filho e Mendonça (2020), este setor abastece o Brasil e o mundo com alimentos mais saudáveis.

No que se refere às comunidades quilombolas, a sua produção em roças de toco (UNGARELLI, 2009), apesar de mais voltadas para a subsistência familiar, também começam a ganhar espaço no mercado, seja de modo mais local ou regional pelos processos de cooperação entre famílias de pequenos produtores atuantes neste local (CHRISTOFFOLI, 2012), sendo isso potencializado por algumas políticas agrícolas, que ainda serão observadas ao longo deste estudo.

Contudo, há muitas limitações que persistem no modo de vida dos povos quilombolas, no que toca ao cultivo do solo e à produção de alimentos com a devida qualidade e produtividade. Portanto, as famílias não conseguem avançar muito neste setor, bem como a juventude associada a este setor termina sendo em grande parte afetada, tendo esta que procurar outros meios de vida predominantemente na zona urbana local ou em cidades mais conhecidas da região (BAIOCCHI, 2006; FERNANDES, 2015; LIMA, 2012).

Diante de um cenário de dificuldades para o aumento da Agricultura Familiar, obtém-se ainda que: “a crescente dependência e uso das tecnologias na agricultura, fato que impõe um fardo às pequenas propriedades, por falta de recursos e de assistência técnica”. (BERTOLINI; PAULA FILHO; MENDONÇA, 2020, p.2).

Bem como, “ressalta-se que os agricultores apresentam baixa escolaridade, o que dificulta o uso das Tecnologias” (DEPOINTI, 2014 *apud* BERTOLINI; PAULA FILHO; MENDONÇA, 2020, p.2).

Por tanto, as comunidades quilombolas, até mesmo em decorrência da baixa capacitação profissional, terminam por serem impedidos de usarem as tecnologias agrícolas, de maneira que perdem de algum modo a capacidade potencial de plantarem e colherem com maior competitividade, principalmente se o foco produtivo estiver no mercado, ou seja, não apenas para o consumo familiar.

Por outro lado, é necessário considerar que os quilombolas precisam ter acesso a meios tecnológicos atuais e sustentáveis, que sejam inseridos de modo colaborativo ao jeito de produzir que esses executam, de maneira que essas melhorias estimulem a continuação da preservação do cerrado, da fauna e da flora que neste existem, além disso, a produção orgânica de alimentos é essencial nesse contexto de desenvolvimento sustentável (UNGARELLI, 2009).

Afirma-se que:

Um aspecto fundamental da Agricultura Familiar é a produção de alimentos saudáveis, utilizando práticas que não agredem o meio ambiente e a biodiversidade e a saúde, aumentando a produtividade, de modo a alimentar quase 10 bilhões de habitantes no mundo até 2050. A Agricultura Familiar é essencial para se alcançar a segurança alimentar no mundo. (BERTOLINI; PAULA FILHO; MENDONÇA, 2020, p.2)

Isso ajuda a reforçar a relevância da Agricultura Familiar para promoção de segurança e saúde alimentar das pessoas em várias partes do mundo. De certa forma o modo de produzir no contexto da cultura de subsistência quilombola, termina por fundamentar-se numa produção saudável, sem o uso de agrotóxicos, e ainda tendo respeito e valorização pela terra que cultivam (UNGARELLI, 2009). Tal aspecto, aponta para a importância de que cada vez mais sejam constituídas e aplicadas políticas públicas que incentivem, valorizem e custeiem a produção agrícola nos quilombos, visando maior produtividade e fortalecimento cultural ao mesmo tempo.

Por tanto, é preciso que:

O pequeno produtor rural, da agricultura de subsistência passou a ser visto como inferior, e ultrapassado, devido às tecnologias utilizadas pela agricultura de grande extensão. Desta maneira, perderam espaço no cenário da produção, fazendo com que muitos agricultores abandonassem a atividade no campo, em busca de melhores oportunidades de trabalho na cidade, causando o êxodo rural [...]. (BERTOLINI; PAULA FILHO; MENDONÇA, 2020, p.3).

Perante o exposto, compreendendo-se a relevância do povo quilombola para a preservação dos biomas de onde vivem, bem como a sua história de luta, entre outros elementos que demonstram o seu valor enquanto parte da sociedade, o modo que trabalha no cultivo de suas culturas não pode ser percebido de maneira inferiorizada, uma vez que tal modo de produção pode ser evidenciada como uma das mais eficazes quando o assunto é preservação e responsabilidade ambiental.

Desta forma, destaca-se que:

A agricultura sustentável aparece como foco à Agricultura Familiar, trazendo uma pressão da sociedade, por produção que conserve os recursos naturais, forneça alimentos saudáveis e de qualidade nutricional, entretanto que não ameace o meio ambiente, a saúde, o desenvolvimento tecnológico e a segurança alimentar [...]. (BERTOLINI; PAULA FILHO; MENDONÇA, 2020, p.5).

Portanto, a Agricultura Familiar está sendo vista como um método acertado para que a sociedade consiga produzir mais e melhor, daí a importância de fortalecê-la e estimular a juventude e as suas famílias a manterem a realização de seus processos culturais e tradicionais de cultivo no campo. Nesse sentido, vale a pena considerar que o Brasil, apesar de ser uma

referência nesse modelo produtivo, este ainda depende de alcançar maiores níveis de execução das políticas públicas aprovadas para a Agricultura Familiar no contexto das comunidades do campo, como bem é o caso das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, as quais, infelizmente, conforme pode ser visto em Molina (2012), são prejudicadas ao vivenciarem situações que desrespeitam os seus saberes culturais, suas histórias e as condições de onde vivem. Desta maneira é certa a observação de que:

O Brasil destaca-se na formulação de políticas públicas, para o incentivo e fortalecimento da Agricultura Familiar, para o desenvolvimento rural, aumentando a produtividade de maneira sustentável, e que reflita na melhoria da qualidade de vida dos produtores, do meio ambiente e no fornecimento de produtos saudáveis aos consumidores. (BERTOLINI; PAULA FILHO; MENDONÇA, 2020, p.8).

Portanto, confirma-se que até existem políticas em prol do fortalecimento da Agricultura Familiar, no entanto, a execução ainda constitui um problema a ser solucionado. De certo modo, é necessário um olhar diferente para o povo quilombola, em especial aos quilombolas Kalungas, os quais representam uma história de resistência negra e de relação e preservação do cerrado por séculos na região norte do Estado de Goiás, entre eles, os quilombolas da comunidade do Vão de Almas, ambiente alvo de parte das reflexões deste estudo (FERNANDES, 2015; BAIOCCHI, 2006; DIAS, 2017; COSTA, 2013; LIMA, 2012).

Enfim, é preciso respeitar a relação que esses possuem com a cultura de subsistência, de forma que se possa construir mecanismos para a valorização de seus saberes, bem como para gerar possibilidades de escoamento de produtos voltados ao abastecimento de outras comunidades, de modo a fortalecer a presença do jovem agricultor em seu espaço de vida, que encontra-se em movimento, atendendo as suas demandas, os seus anseios e as suas necessidades básicas na educação, na saúde, no lazer, no esporte, etc.

1.2.2 Juventude do campo: relação com a Agricultura Familiar, dilemas e sonhos

Em continuação às reflexões, destaca-se a necessidade de que a juventude do campo passe a ser identificada como sujeito ativo do processo de desenvolvimento da Agricultura Familiar, bem como para que a sustentabilidade social e ambiental estejam ligada aos movimentos desse grupo, de maneira ainda que os seus direitos sejam respeitados e o seu papel ganhe a devida importância para a transformação e melhoria da realidade camponesa.

Desta maneira, Zago e Bordignon (2012) enfatizam que a chamada juventude rural enfrenta diversos desafios em torno da opção de ficarem ou saírem do contexto do campo, de maneira que, os principais aspectos que limitam a permanência deles em suas localidades de

origem estão: o acesso limitado à terra, a baixa renda de suas famílias e pouco acesso a recursos para investirem nas pequenas propriedades, além do desemprego, frequente nessa realidade.

Nesse sentido, cabe frisar que no Brasil diversas famílias encontram-se em lutas pela terra, bem como pelo direito a cultivar o solo, e pela permanência no campo, de modo que possam produzir o próprio sustento familiar. Contudo, cada vez mais cresce a agressão à terra e pela terra (NEVES, 2012; COSTA, 2013). E ainda, é crescente o sufocamento dos pequenos produtores pelos grandes, o que pressiona a juventude a buscar por oportunidades melhores de estudos e de emprego nos grandes centros urbanos.

Assim, discorre-se que:

Em síntese, o jovem hoje se vê confrontado com diversas realidades, tanto em relação ao meio rural, associadas às condições concretas de trabalho e de identidade na profissão, quanto urbano e tudo o que este representa em termos simbólicos, enquanto possibilidades de lazer, renda regular, entre outros benefícios que avaliam poder usufruir. (ZAGO; BORDIGNON, 2012, p.07).

Portanto, nota-se que o jovem fica entre escolher o espaço urbano, no qual pode ter chances maiores de realização de seus sonhos e o espaço de incertezas do campo, onde apesar de enfrentar dificuldades é o local no qual este tem as suas raízes familiares e maior sentimento de pertencimento social, portanto, o jovem vive a dramática situação de não saber ao certo sobre o seu futuro. Mesmo assim, na decisão tomada, este procura sua identidade e o seu estabelecimento enquanto cidadão no mundo.

Destaca-se ainda que:

Dentre os que partem, cresce o número daqueles que ingressam no ensino superior na perspectiva de melhorar suas chances no mercado de trabalho e condições de vida, pela ampliação do capital cultural. É sobre esse grupo e suas percepções que direcionamos as páginas que seguem. (ZAGO; BORDIGNON, 2012, p.07).

Sendo assim, percebe-se que muitos jovens procuram a educação escolar e as universidades como sendo esses meios mais eficazes para as transformações da própria realidade e familiar. Diante disso, certamente a busca por qualificação pode ser entendida como uma das melhores decisões a serem tomadas, pois trata-se da formação e da possibilidade de obter-se novos conhecimentos, e ademais o fortalecimento de novos vínculos e a reconstrução das perspectivas do jovem do campo. Nesse sentido, partindo de Molina e Sá (2012), quando essas falam de LEdoC, é fundamental pensar-se em escolas e em universidades preparadas para a formação da juventude, inclusive em modelos que

proporcionem a alternância de saberes do campo e da cidade, bem como o fortalecimento da interação desta com a Agricultura Familiar e os aspectos que podem ser elementos de empoderamento dessas comunidades.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas públicas são essenciais para a solução de problemas na sociedade. Nesse pensar, como destaca Molina (2012), tais políticas, que são ferramentas de transformação, em muito podem oportunizar a mudança da realidade do campo e das comunidades que neste coexistem. Sendo assim, nos subtópicos a seguir serão tratados especialmente sobre os aspectos fundamentais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de maneira que serão evidenciados o histórico, os objetivos, e ainda, serão feitas reflexões em torno dos benefícios, das demandas e de outros pontos relevantes e que possam ajudar na discussão sobre a relação entre a juventude e a Agricultura Familiar.

1.3.1 Programa de Aquisição de Alimentos – (PAA) e sua importância para a sustentabilidade do jovem no campo

Em princípio, sabe-se que o PAA foi inicialmente aprovado pela Lei nº 10.696 de 02 de junho de 2003, período do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PERIN, 2021), contudo, recentemente foram aprovadas modificações através da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, de forma que este baseia-se em treze objetivos, sendo que os sete primeiros consistem em:

I - incentivar a Agricultura Familiar, a pesca artesanal, a aquicultura, a carcinicultura e a piscicultura, com prioridade para seus segmentos em situação de pobreza e de pobreza extrema, e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos em geral, à industrialização e à geração de renda; II - contribuir para o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Constituição Federal; III - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela Agricultura Familiar, pela pesca artesanal, pela aquicultura, pela carcinicultura e pela piscicultura nacionais; IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação do Programa Cozinha Solidária; V - apoiar a formação de estoque pelas cooperativas e demais organizações da Agricultura Familiar, da pesca artesanal, da aquicultura, da

carcinicultura e da piscicultura nacionais; VI - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização da produção da Agricultura Familiar, da pesca artesanal, da aquicultura, da carcinicultura e da piscicultura; VII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos [...]. (BRASIL, 2023, p.1).

Nesse caso, é viável a reflexão de que o PAA termina por ter entre os seus propósitos o desenvolvimento econômico e social das comunidades vinculadas à Agricultura Familiar, de maneira que além de destacar o fortalecimento dos empreendimentos agrícolas que estejam associados ao modelo produtivo em destaque, entre eles, as organizações solidárias, tem-se a perspectiva na produção que combata a insegurança alimentar e o acesso a alimentos saudáveis por parte das famílias carentes na sociedade.

Em continuação, os seis últimos objetivos concebem-se em:

VIII - incentivar hábitos alimentares saudáveis em âmbitos local e regional; IX - incentivar o cooperativismo e o associativismo; X - incentivar a produção por povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, negros, mulheres, juventude rural e agricultores familiares urbanos e periurbanos nos termos do regulamento; XI - incentivar a produção agroecológica e orgânica, bem como a adoção de quaisquer práticas associadas à conservação da água, do solo e da biodiversidade nos imóveis da Agricultura Familiar; XII - reduzir as desigualdades sociais e regionais brasileiras; e XIII - fomentar a produção familiar de agricultores que possuam pessoas com deficiência entre seus dependentes. (BRASIL, 2023, p.1).

Desta maneira, além do estímulo ao consumo saudável de alimentos a partir da Agricultura Familiar e outros aspectos deste modelo produtivo, já destacados anteriormente, nessa parte dos objetivos observa-se a importância dada ao incentivo às comunidades tradicionais no processo produtivo orgânico e sustentável. Bem como, há o entendimento de que na área desse método de produção inclusiva, ocorram outras formas de inclusão social, como é o caso do ingresso de famílias que tenham pessoas com deficiências para serem beneficiadas a partir deste setor, considerando-se que solução em favor do enfrentamento das desigualdades sociais deve abranger a diversas pessoas, que por muitas vezes foram prejudicadas no acesso a direitos fundamentais como trabalho e segurança alimentar, portanto, tem-se neste cenário de Agricultura Familiar portas abertas de oportunidades para diversos grupos sociais e suas peculiaridades.

E ainda, tem-se no art. 4º desta lei que o poder executivo em diferentes instâncias pode utilizar a possibilidade de adquirir alimentos sob dispensa de licitação em situações nas quais:

Art. 4º O Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal poderá adquirir, dispensada a licitação, os alimentos produzidos pelos beneficiários fornecedores de

que trata o art. 5º desta Lei, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - os preços sejam compatíveis com os preços vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos conforme metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA;

II - o valor máximo anual para aquisições de alimentos em cada modalidade, por unidade familiar, por cooperativa ou por outras organizações da Agricultura Familiar, seja respeitado, nos termos do regulamento;

III - os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários e cumpram os requisitos de controle de qualidade previstos na legislação; e

IV - as demais normas estabelecidas para compra específica de cada modalidade sejam observadas, na forma estabelecida pelo Grupo Gestor do PAA. (BRASIL, 2023, p.1).

Já no caso dessa parte da legislação do PAA, evidencia-se que são criadas normativas para a dispensa licitatória em situações que atendam a requisitos específicos, sendo esses aspectos importantes de serem disseminados no universo do campo, de maneira que nessa dinâmica entra a participação e a contribuição de sujeitos ativos, como bem é o caso dos jovens estudantes e educadores como os preparados a partir dos objetivos da LEdoC (MOLINA; SÁ, 2012).

Com isso, tem-se Perin *et al.* (2021), que observam a importância que o PAA teve no decorrer dessas décadas na realidade do povo do campo, bem como o enfraquecimento pelo qual este passou nos últimos anos, em que a produção em pequena escala na realidade de agricultores familiares e o fortalecimento de seus ideais foram sendo afetados.

De certo modo, como é comprovado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (BRASIL, 2017), quando trata-se da chamada modalidade de compra institucional, o PAA garantiu que os pequenos produtores de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, e as instituições voltadas para causas solidárias, entre elas as cooperativas, tivessem melhores condições de escoamento daquilo que produzem, uma vez que ao definirem exigências de que parte das compras de alimentos de vários setores públicos viessem da Agricultura Familiar, isso gerou clientes imediatos para os trabalhadores desta área, o que também aumentou a segurança financeira e o melhor planejamento do ciclo produtivo no campo.

1.3.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar – (PNAE) como alternativa de renda na Agricultura Familiar

Nos últimos períodos, entre as dificuldades encontradas pelo pequeno produtor estão a comercialização da sua produção agrícola, o que de certo modo pode interferir em sua obtenção de renda diante de um mercado bastante competitivo e que limita a participação

deste grupo na dinâmica comercial.

Em consideração a situações como essas é que surge o PNAE, criado a partir da Lei Federal nº 11.947, aprovada em 16 de junho de 2009 e que desde então vem proporcionando um meio de venda e ao mesmo tempo de valorização do que é produzido no contexto da Agricultura Familiar brasileira, uma vez que as escolas são as compradoras imediatas desses alimentos (BRASIL, 2009).

Tal legislação destaca que a alimentação se-refere a “todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.” (BRASIL, 2009, p.1).

Já no art. 2º desta lei são detalhadas as diretrizes que devem reger a política da alimentação escolar no contexto das escolas brasileiras, de modo que os três primeiros eixos consistem em:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional; III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica (BRASIL, 2009, p.1).

Portanto, nesses eixos iniciais percebe-se a importância dada ao respeito da tradição das comunidades tradicionais no processo alimentar dos alunos nas escolas, de maneira que, a própria cultura alimentar é comprovada como assunto de importância para a aprendizagem em sala, sendo um dos elementos mais claros para as reflexões e interações de saberes e fazeres entre a sala de aula e a comunidade local. Desta feita, o PNAE exerce um papel de intermediário do processo formativo de valorização dessas comunidades.

Já em relação aos três últimos eixos, esses estão pautados em:

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada; V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela Agricultura Familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009, p.1).

Nesses últimos eixos percebe-se a importância que é concedida para a participação social no contexto de desenvolvimento do PNAE nas escolas e comunidade, de maneira que a sustentabilidade ambiental e a Agricultura Familiar são pontos que devem fazer parte da garantia do direito alimentar nas comunidades do campo.

E ainda, tem que a respeito dos objetivos do PNAE:

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009, p.2).

Portanto, o PNAE atua não apenas na oferta de alimentos aos alunos nas escolas, mas também tem a preocupação com a saúde física, mental e social dos mesmos, de maneira que este estimula entre outros o consumo de alimentos saudáveis, capazes de conduzi-los a um ano letivo de sucesso e de conquistas, o que de certo modo abrange a crianças, jovens e adultos que estudam na Educação Básica, como bem motiva Marques; Santos e Carvalho (2021).

Sobre os recursos financeiros esses são consignados a partir do orçamento da União que deve disponibilizar os repasses aos demais entes federados, a saber, aos estados e municípios, bem como a outras escolas de responsabilidade federal, o que é previsto no art. 5º da referida Lei (BRASIL, 2009).

Nesse campo de operação, tem-se a consideração da Agricultura Familiar no processo de execução desta política, de modo que parte dos recursos utilizados pelas escolas no PNAE precisa ser investido em alimentos resultante deste setor, como pode ser identificado a seguir:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres (BRASIL, 2009, p.3).

Desta maneira, o PNAE em muito interage com o ideal de fortalecimento da Agricultura Familiar, e, por conseguinte, do povo do campo, uma vez que este setor está associado à vida desses sujeitos. Tendo em vista que, essa exigência percentual potencializa a produção deste setor, aumenta as oportunidades de trabalho para as comunidades tradicionais, como é o caso comunidades quilombolas, vindo isso a refletir em maior interesse do jovem

em continuar no campo e fortalecer-se juntamente à sua comunidade, isso a partir do acesso a outras políticas complementares, como bem é o caso do curso de LEDOC, que em muito possibilita a sua atuação enquanto sujeito ativo e transformador de seu contexto.

1.3.3 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (PRONAF)

Principalmente com a chegada da Constituição Federal de 1988, que proporcionou a retomada do processo de democratização brasileira, concedendo-se maiores chances de participação social, inclusive de grupos como o Movimento Sem Terra (MST), e de outras representações camponesas, as medidas em prol do desenvolvimento e empoderamento dos povos do campo ganharam cada vez mais espaço no Brasil (CALDART *et al.*, 2012).

Nesse sentido, o PRONAF eleva-se como uma relevante política no intuito de financiar as atividades agrícolas praticadas no âmbito do campo por famílias de pequenos produtores rurais, vindo a preceder cronologicamente às duas políticas anteriores, ou seja, já observadas neste estudo (PAA e PNAE).

Inclusive precedeu a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que veio a estabelecer diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, a qual designou como sendo agricultor familiar aquele que se encaixa nos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, p.1).

De certo modo, o PRONAF foi criado através da Resolução nº 2191, de 24 de agosto de 1995, através do Banco Central do Brasil (BACEN, 1995), portanto durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, fase em que buscava-se algumas alternativas para fortalecer as atividades desempenhadas por pequenos agricultores (NEGRI *et al.*, 2018).

Além disso, o PRONAF tem o seu financiamento submetido às seguintes condições:

- a) explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
- b) não mantenha empregado permanente, sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir;
- c) não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- d) no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual seja proveniente da exploração agropecuária ou extrativa;
- e) resida

na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos (BACEN, 1995, p.1).

Sendo assim, esses aspectos são identificados por um lado como fundamentais por definirem pontos que ajudam a organizar a oferta de recursos aos produtores no intuito de protegê-los. Por outro lado, há autores como Navarro e Campos (2014), os quais entendem que alguns requisitos se tornam obstáculos para o acesso a financiamentos por parte de produtores que por um item a menos ou a mais deixam de ser atendidos, vindo a prejudicarem-se juntamente com os seus familiares.

Nesse sentido, é entendido que a limitação em torno da contratação de pessoas externas assalariadas para atuarem nas lavouras, principalmente quando, por exemplo, demanda-se maior quantidade de mão de obra para a execução de plantios e colheitas, entre outras etapas do ciclo produtivo, isso torna-se um dos itens mais delicados, uma vez que o beneficiário do PRONAF se vê impedido de progredir e ampliar as possibilidades de renda e geração de outras oportunidades de empregos. Para tanto, na condição de agricultor familiar, como apontam Navarro e Campos (2014), o sujeito do campo é forçado a diminuir a sua capacidade técnica e operacional de sua lavoura para não ferir os requisitos deste Programa ou mesmo ter que aderir à condição de empresário, mesmo sem condições de assumir os compromissos de um negócio formal.

De certo modo, é possível afirmar que:

Podemos afirmar que os avanços nas políticas sociais para territórios rurais se deram a partir da constituição de 1988 e da participação de movimentos sociais. A aposentadoria por tempo de serviço, invalidez, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o trabalho da mulher agricultora e o salário maternidade são importantes conquistas para os agricultores, além das políticas de habitação rural (GIACOMELLI, 2015, p.2).

Com isso, precisamos ter em mente que tanto o PRONAF, quanto o PNAE, o PAA, o salário maternidade e entre outras políticas de empoderamento feminino e do sujeito do campo, terminam sendo ferramentas que fortalecem a Agricultura Familiar e ao mesmo tempo ajudam a criar meios para a permanência do jovem neste contexto, de maneira que motivam a sua participação e apontam para perspectivas de continuidade dos saberes e fazeres que se associam à realidade camponesa.

1.4 FORMAÇÃO, INCENTIVO E CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL NO CAMPO

Aspectos que requerem atenção quando se refere à juventude do campo são as oportunidades de formação e os incentivos dados a mesma nesse contexto, bem como a capacidade de trabalho e operações ali presentes.

Por um lado, quando observa-se a formação dos jovens, a LEDOC e as possibilidades trazidas para delimitação de áreas de atuação neste processo pode ser identificado como uma das oportunidades formativas ao jovem, considerando-se que, como detalham Molina e Sá (2012), este curso em muito responde aos ideais de fortalecimento e empoderamento dos povos do campo, inclusive pela sua estrutura político-pedagógica que melhor promove a integração de saberes tradicionais com os conhecimentos científicos produzidos no seio da universidade.

Em complemento, também é possível pensar-se em outras possibilidades formativas voltadas ao setor agrário que viabilizem qualificações associadas diretamente ao campo, ou seja, ao cultivo do solo e à produção de diferentes culturas de alimentos, de maneira que entre essas formações pode-se apontar a Agroecologia (PEREIRA, 2012), que como campo de conhecimento pode fortalecer ainda mais o processo de relação entre as causas produtivas da Agricultura Familiar e os ideais de sustentabilidade ambiental e econômica associados.

Por outro lado, quando o assunto é o acesso às tecnologias a fim de melhorar e incentivar a produção e ao mesmo tempo gerar condições de permanência do jovem qualificado no campo, nota-se que:

Diversas comunidades rurais permaneceram à margem da grande modernização, não apenas nos aspectos relativos à tecnologia de produção agrícola, mas também de outras inúmeras tecnologias e serviços que conferem qualidade de vida e integração entre as pessoas. (...) A partir do século XX a revalorização dos espaços rurais tem sido um dos fenômenos demográficos mais interessantes, sendo destacada a importância da biodiversidade sobre a produção de alimentos estritamente comercial nos moldes tradicionais. (PUNTEL; PAIVA, RAMOS, 2011, p.3).

Sendo assim, as comunidades que operam com o propósito de desenvolver alimentos saudáveis a partir de métodos tradicionais ficam para trás, principalmente quando o aspecto tecnológico é posto mais uma vez como um limitante a ser superado.

Destaca-se ainda que:

O processo de industrialização e mecanização do campo veio associado aos processos produtivos de integração entre agricultores familiares e agroindústrias. Neste processo os produtores recebem assistência técnica das empresas, condições para adquirirem produtos e instrumentos tecnológicos para a produção, sendo a aquisição dos produtos feita pelas empresas integradoras. As agroindústrias assumem importante grau de controle sobre a autonomia do agricultor. (PUNTEL; PAIVA, RAMOS, 2011, p.7).

Diante disso, compreende-se que por muitas vezes quando o pequeno agricultor tem acesso a melhores soluções produtivas, que poderiam somar aos seus processos tradicionais, este perde a autonomia mediante a forma pela qual ocorre a oportunidade desses recursos tecnológicos, portanto, na estrutura convencional esse é massacrado pelos produtores que possuem o maior domínio de recursos e de capacidade técnica e operacional.

Nesse caso, é importante salientar que:

O mundo capitalista despojou os traços camponeses da agricultura, mas manteve a forma de produção sustentada com base familiar, ou em outra hipótese, podemos dizer que o campesinato se adaptou ao sistema de acordo com sua disponibilidade de trabalho e terra. No entanto, enquanto um grupo de agricultores se integrou às agroindústrias, outros ficaram excluídos da integração, procurando encontrar seus próprios meios de reprodução. Em geral descapitalizados para modernizar suas bases produtivas acabam somando-se ao grande número de pobres rurais ou então engrossando as periferias das cidades. (PUNTEL; PAIVA, RAMOS, 2011, p.7).

Desta forma, cumpre trazer a reflexão de que o agricultor familiar, sua família e em particular os seus jovens, precisam ganhar a independência produtiva, ou seja, a autonomia e condições de acesso tecnológico, de formação técnica e profissional, em que esses não se tornem reféns da estrutura hegemônica, individualista e ao mesmo tempo excludente, características que infelizmente retardam o desenvolvimento e o crescimento econômico e social das comunidades que compõem o campo, como bem aplica-se a realidade dos povos quilombolas.

1.5 CARACTERÍSTICAS DA JUVENTUDE QUILOMBOLA: DINÂMICA DE VIDA E ANSEIO

Neste tópico são apresentados os principais elementos que caracterizam a dinâmica de vida, bem como os anseios e as necessidades da juventude quilombola brasileira.

1.5.1 Aspectos sobre a juventude quilombola

É importante destacar que a juventude precisa ter contribuições que possam dar melhores condições para a ela desenvolver suas potencialidades no seu próprio espaço de vivências. Desta maneira, a comunidade é muito importante para a juventude, e é por meio dela que a mesma constrói mecanismos de consciência de grupo, de cultura, de resistência, de produção e de sustentabilidade ambiental e econômica.

Com isso, é no meio rural, o contexto mais carente de políticas públicas, em especial

em áreas quilombolas, para que o jovem seja estimulado a permanecer ali, bem como isso é fundamental para que este sinta-se incluído aos mesmos avanços já presentes na realidade urbana, de maneira que haja interação com a tecnologia e com os projetos voltados para a realização de seus sonhos, como pode ser visto em Cupertino (2012, p.73):

O jovem rural, seja ele quilombola ou não, está inserido em um contexto (o meio rural) que ao longo do tempo veio passando por importantes transformações. O desenvolvimento dos meios de transportes e das tecnologias da informação vem aumentando a interação cultural entre o meio rural e o urbano e com isso as referências para construção das identidades e dos projetos de vida para o futuro.

Desta maneira, trata-se de relação cultural e não substituição de culturas. De certo modo, a juventude rural quilombola em sua maior parte, encontra-se vinculada às suas raízes, e reafirma o sentimento de pertencimento à comunidade da qual participa, porém os jovens estão pressionados a saírem do campo em busca de melhorias de vida, a fim de cursarem uma faculdade, de desenvolverem novas habilidades etc. Assim, devido às necessidades de irem, portanto de deixarem o campo, surgem novos desafios a esses jovens no momento de alcançarem a tão sonhada formação superior, bem como melhores oportunidades de emprego, e ainda, fortes dilemas no momento de voltarem às suas comunidades para implantarem melhorias nos arranjos econômicos, sociais e culturais a partir do que aprenderam no contexto externo (ZAGO; BORDIGNON, 2012; PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011).

É importante destacar que os jovens muitas vezes são humilhados, o que os tornam mais vulneráveis dentro dos processos de transformações a que são submetidos, como afirma Cupertino (2012, p.76), a saber:

A juventude rural quilombola está imersa em contextos onde ora são vistos de forma estigmatizada, como verdadeiros representantes da inferioridade, do perigo e das mazelas do mundo, ora são vistos como principais protagonistas da preservação cultural e territorial. É com essas contradições que o jovem rural quilombola tem que lidar.

Diante disso, é necessário repensar o campo, e a Agricultura Familiar enquanto política pública que proporciona outros direitos como a educação, o acesso à cultura, e o desenvolvimento dos arranjos produtivos econômicos, que potencializam maior geração de renda, entre outros. Portanto, não pode faltar diálogo para a construção de novos padrões eficazes na reorganização do campo, enquanto espaço de relações, de pluralidades, de produção e de sustento dos sujeitos que nele vivem, em especial da juventude rural, que precisa ser ouvida e compreendida, criando-se com isso um diálogo entre as gerações que habitam no campo, de modo que os desejos sejam percebidos como associados e

complementares, como também pode ser interpretado à luz do que menciona Cupertino (2012, p.94), a saber:

O diálogo intergeracional “produz novas escutas e aprendizados mútuos”. Isso porque, assim como escutar os jovens é imprescindível, pois “só sabe o que é ser jovem hoje, quem é jovem no mundo de hoje”, em uma situação dialógica, os adultos também têm o que dizer. Isto se daria por dois motivos: primeiro “porque a conquista dos “direitos dos jovens” não pode ser desvinculada de outras conquistas históricas das quais participaram muitos daqueles que são hoje adultos.

Tendo em vista a possibilidade do diálogo entre gerações diferentes, é relevante entender que não há gerações superiores umas às outras no contexto quilombola, mas sim níveis de oportunidades diferentes, que de certo modo refletem nas conquistas de cada geração de um mesmo grupo social. Portanto, é também preciso refletir no fato de que a juventude rural quilombola representa uma geração, que diferentemente dos seus antepassados, se vê diante de possibilidades diversas, ou seja, pode sair (mudar de sua comunidade), buscar por novas perspectivas de vida, aprender novas técnicas, saberes e conhecimentos científicos, portanto, na contemporaneidade os jovens possuem oportunidades mais amplas de ir além em seus objetivos do que as gerações anteriores conseguiram ir.

1.5.2 Sustentabilidade da juventude no campo: demandas e necessidades básicas

Tem-se que a sustentabilidade é por muitas relacionada a condições de equilíbrio em algum aspecto, principalmente do ponto de vista social, ambiental e econômico (SILVA, 2012), assim, quando trata-se desse termo na realidade da juventude do campo, busca-se refletir nos elementos que proporcionam ou interferem em tal forma de equilíbrio, entre essas as demandas e as necessidades básicas desses sujeitos. Diante disso, destaca-se o fato de que:

No contexto da Agricultura Familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural chama a atenção como a faixa demográfica que é afetada de maneira dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos (PUNTEL; PAIVA, RAMOS, 2011, p.9).

Logo, tem-se que diante de tanta diversidade os jovens do campo acabam tendo alguma relação com os saberes obtidos e práticas desenvolvidas na zona urbana e isso termina por despertar interesses pelas novidades presentes no contexto externo às suas comunidades de origem. É destacado ainda que:

Neste campo de disputa e de identidades distintas que se situa o jovem rural com suas buscas, desafios e esperanças. É por conta desta diversidade que na atualidade,

a definição de juventude tem sido estabelecida a partir de sua forma plural – juventudes – por causa das situações existenciais experimentadas pelos sujeitos nessa etapa da vida, e nos diferentes contextos que estão inseridas. (PUNTEL; PAIVA, RAMOS, 2011, p.9).

Portanto, tem-se que o jovem do campo encontra-se estabelecido em um contexto dinâmico e influenciado por aspectos externos, haja vista estarem em contato com uma sociedade repleta de diversidades e de experiências a serem experimentadas por indivíduos que encontram-se nesta etapa de vida.

Em consenso a isso, Zago e Bordignon (2012) advogam que a Agricultura Familiar pode ser utilizada no processo de estímulo à participação comunitária dos jovens do campo, considerando o seu princípio educativo, que está baseado num modelo de produção capaz de orientar as gerações mais novas a adotarem práticas mais sustentáveis e multiplicarem esse conhecimento aos seus descendentes, e até mesmo ascendentes, entre outros.

Então, pode-se entender que considerando-se os anseios dos jovens, é possível pensar que a Agricultura Familiar se coloca como uma alternativa para que esses busquem o aperfeiçoamento e a ampliação de conhecimentos socioambientais (NOVAES, 2007).

Sabe-se, ainda, que o jovem tem importante papel na comunidade rural onde vive, como bem é relatado a seguir:

Entendemos que juventude da Agricultura Familiar é o jovem que conduz pequenas propriedades rurais, que trabalha e se organiza com sua família. Não tem significado específico, pois está em constante transformação. É considerado jovem rural aquele que vive em lugares e comunidades em meio à natureza, sobrevive ainda de atividades da agricultura como criação de animais, produção leiteira, plantação entre outras. (GIACOMELLI, 2015, p.15).

Portanto, destaca-se que o jovem do campo ou rural é visivelmente notável como um sujeito ativo no contexto da Agricultura Familiar, sendo este participativo no processo de gestão das propriedades, portanto, é identificado pelos familiares como sendo um dos mais aperfeiçoados para resolver os negócios associados às práticas agrícolas, uma vez, que nesse sentido, nas comunidades do campo, por muitas vezes tanto pela sucessão agrícola natural, quanto pelo fato de que a juventude em sua maioria costuma ter maior acesso educacional do que os pais e ascendentes, os jovens terminam por serem identificados como mais preparados e qualificados para darem continuidade às atividades agrícolas em suas comunidades.

Contudo, muitos jovens que não conseguem seguir os mesmos passos dos pais e familiares, por terem outros propósitos formativos e ocupacionais, acabam optando por retirarem-se de suas comunidades e seguirem para as grandes cidades, portanto, efetuam o

chamado êxodo rural, de modo que:

Podemos afirmar que, em consequência da migração da juventude para as áreas urbanas, surge outro problema: o da sucessão familiar. Em muitos casos, os pais acabam ficando sozinhos na propriedade e, quando acontece de um falecer, aquele que fica vai atrás dos filhos na área urbana e com isso se termina aquela propriedade agrícola, vende-se. (GIACOMELLI, 2015, p.17).

Portanto, tal processo de migração geográfica, além de afetar a sucessão natural das atividades agrícolas, termina por desestimular e enfraquecer a continuidade do trabalho desenvolvido pelas famílias que ali permanecem, de modo que, por muitas vezes, chega-se ao ponto dos produtores desistirem da Agricultura Familiar, logo são forçados a abandonarem a sua tradição agrária e resumem suas vidas a ambientes diferentes daquele que lhes concedia felicidade e oportunidades de serem mais ativos.

1.6 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A SUSTENTABILIDADE DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DO VÃO DE ALMAS EM ESPECIAL DA JUVENTUDE

Não restam dúvidas de que a Agricultura Familiar termina por fazer-se alternativa de produção agrícola que em muito garante a sobrevivência dos povos do campo, e, assim, a permanência dos jovens neste contexto. Conseqüentemente, como tratam Bertolini; Paula Filho e Mendonça (2020), na atualidade este setor produtivo proporciona a garantia de alimentos ao mercado interno brasileiro e a segurança alimentar de milhões de famílias.

De certo modo, como apontado em estudo desenvolvido por Ungarelli (2009) na comunidade kalunga do Engenho II, mesma região onde está estabelecida a comunidade do Vão de Almas, notou-se que a Agricultura Familiar já era ameaçada de abandono pelas gerações mais novas do local, contudo, este setor em muito foi identificado em potencial de contribuir para a transmissão de saberes, falsetes e o fortalecimento das formas de desenvolvimento sustentável nesta área.

Não muito diferente, na comunidade quilombola do Vão de Almas, como apontou o estudo de Fernandes (2015), as famílias que vivem neste local possuem forte relação com o cultivo do solo e produção de culturas agrícolas voltadas para a subsistência, porém, percebeu-se nesse contexto a urgente necessidade de que os laços com a juventude fossem reconstruídos, a fim de que ocorresse maior interesse por parte dos jovens em continuarem as tradições culturais, as crenças quilombolas e a relação com a agricultura.

Com pensar associado, Giacomelli (2015, p.45) destaca algumas necessidades que

despontam anseios na juventude do campo:

O jovem rural precisa de atenção desde o seu nascimento, durante a infância e pré-adolescência. É essencial que tenha assistência médica, água potável, casa, terras que garantam o sustento da família, meio de transporte, acesso à educação infantil, fundamental e ensino médio, além, é claro, de cursos técnicos profissionalizantes, cultura, esporte e lazer.

Desse modo, compreende-se que tal sujeito social precisa satisfazer tais necessidades, que como também é observado por Santos *et al.* (2022) e Cupertino (2012), por muitas vezes não são viáveis de soluções nas áreas rurais, e com isso, esse opta por encontrá-las na zona urbana, onde desenvolve-se outro modo de vida, que para esse torna-se mais interessante.

Diante disso, pensando na realidade dos jovens que compõe comunidades quilombolas como é o caso da comunidade kalunga do Vão de Almas, é fundamental que direitos sociais e meios para concretizá-los sejam concedidos à juventude desse meio social, como também dissemina Giacomelli (2015, p.45), logo a seguir:

Também é indispensável, durante a juventude, o direito garantido ao ensino superior, que possa ingressar numa universidade com os mesmos conhecimentos adquiridos pelo jovem urbano, para que conquiste a independência financeira sem se privar de outros benefícios; no entanto, para que isso ocorra, algumas providências devem ser tomadas no campo. (GIACOMELLI, 2015, p.45).

Portanto, é nessa parte que oportunamente destaca-se a LEdoC, a qual de acordo com Molina e Sá (2012) muito interage com os princípios de empoderamento e manutenção do jovem no Ensino Superior, ao mesmo tempo em que tal processo estimula e enriquece a relação entre os seus jovens ingressantes com a comunidade e com a Agricultura Familiar, prática extremamente associada ao modo de vida dos povos do campo, e que precisa ser respeitada e incentivada enquanto forma de geração de renda e de fomento de saberes, fazeres e práticas produtivas ambientalmente sustentáveis.

Em complemento, destaca-se que quando trata-se da Agricultura Familiar, desempenhada na comunidade Vão de Almas, como é o caso de tantos outros quilombos brasileiros (NOVAES, 2007; BRASIL, 2010), essa termina sendo um meio de empoderamento social e identitário dos povos do campo, bem como essa estimula o fortalecimento da defesa e do respeito ao conhecimento tradicional, ao meio ambiente e às manifestações étnico-raciais, entre outras pautas associadas, como é o caso da igualdade de gênero nas práticas agrícolas, respeitando-se o papel e a relevância das mulheres e dos jovens nesse processo.

Obtém-se ainda, para reforçar essa discussão, que no ambiente onde a juventude quer

viver há anseio por terras produtivas, por segurança alimentar refletida na mesa de cada família, bem como, busca-se por novas tecnologias que ajudem a aumentar a produtividade agrícola e o aumento de ganhos que contribuam ainda mais para a qualidade de vida das comunidades quilombolas, bem como rurais em geral (GIACOMELLI, 2015).

Outro aspecto relevante e que também preocupa o jovem e as suas famílias é a disponibilidade de meios que viabilizem o transporte, o armazenamento adequado e a comercialização dos produtos obtidos a partir da Agricultura Familiar praticada nos quilombos, enfim, requer-se uma logística que faça jus às necessidades desses locais e de sua juventude, a qual precisa ser ouvida e atendida (CARRANO; DAYELL; SILVA, 2006).

Por outro lado, considerando-se que o povo kalunga surge nos municípios goianos como resistência à escravidão negra, esse termina por ver na agricultura a sobrevivência familiar desde o momento em que instalaram-se nos rincões onde passaram a viver (BAIOCCHI, 2006). Nesse sentido, a juventude que também participa da Agricultura Familiar, dos demais fazeres e das lutas de suas comunidades quilombolas, como é o caso do Vão de Almas (DIAS, 2017), também tem desejos por processos educacionais de maior qualidade e de maior abrangência educacional para que sintam-se parte importante na sociedade, ou seja, para que haja cada vez mais oportunidades de manifestação do direito de aprender, e que esse seja garantido do Ensino Básico ao Ensino Superior.

Obtém-se, também, que quando se pensa nos jovens do campo, é fundamental que perpetue o entendimento de que:

A cultura, esporte e lazer são outros fatores imperiosos para a convivência em sociedade, necessita se espalhar entre os agricultores. Entendemos que as culturas precisam ser mantidas, além de costumes e valores, no entanto o ser humano precisa compartilhar isto e adquirir mais experiências dessa categoria, comunicar-se com pessoas, viajar, conhecer outros lugares, falar uma língua diferente, relacionar-se com outras culturas, etc. (GIACOMELLI, 2015, p.46).

Portanto, além de produzir o alimento, de estabelecer-se as dinâmicas de interação a partir das práticas agrícolas, a comunidade quilombola e rural como um todo, precisa de lazer e diversão, sendo esses direitos por muitas vezes impedidos aos moradores do campo e que precisam ser oportunizados cada vez mais, considerando-se como aponta Puntel; Paiva e Ramos (2011), esses aspectos são de fato estímulos à permanência da juventude neste ambiente, onde está se faz tão necessária.

E ainda, cumpre destacar que o jovem pode ser um sujeito ativo na articulação de formas que viabilizem a colaboração entre as pessoas de sua comunidade, de maneira que, tanto no âmbito da Agricultura Familiar, quanto em outras dinâmicas da vida social e de

relação com o cerrado, como bem é o caso das atividades de extrativismo de frutos do cerrado. Tais processos de reaproveitamento daquilo que esse bioma oferece, é exemplificado no estudo de Teles, Souza e Silva (2022), os quais refletem sobre as práticas de cooperação e de associação de mulheres na extração e venda de frutos oriundos do cerrado, isso no cenário de uma comunidade quilombola kalunga vizinha ao município de Cavalcante-GO. Sendo assim, é possível ampliar as possibilidades de intervenção da juventude em comunidades quilombolas, como bem é o caso da observada neste estudo.

2 METODOLOGIA

Nesta parte será apresentada de forma resumida a metodologia que foi aplicada durante a realização desta pesquisa.

2.1 TIPOS DE PESQUISAS UTILIZADAS

Este estudo configura-se como investigativo, por abordar uma temática pouco discutida no contexto de uma comunidade quilombola como a do Vão de Almas, em Cavalcante-GO, ao mesmo tempo que está baseado na abordagem qualitativa (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009), ou seja, a partir deste aprofundou-se em estudos e em análises de diferentes autores e obras sobre o tema abordado de maneira a buscar por respostas e ao mesmo tempo soluções em torno da relação entre a juventude e a Agricultura Familiar. Diante disso, foram empregados os seguintes tipos de pesquisas nos procedimentos de buscas no intuito de atingir os propósitos difundidos:

Pesquisa bibliográfica - Nesta recorreu-se a artigos de revistas, dissertações e teses obtidos principalmente através de buscas em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico, chegando-se a publicações realizadas principalmente entre os anos 2006 e 2022, portanto tendo-se algumas produções que anteriormente trataram sobre a temática estudada (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Pesquisa documental - Nesta obteve-se documentos e legislações que tratam principalmente dos avanços trazidos em políticas públicas voltadas para a Agricultura

Familiar, tendo-se outros impactos na realidade dos povos do campo, incluindo-se a relação dos jovens com esses processos (GIL, 2002).

Pesquisa de opinião - Tal etapa foi aplicada junto a participantes não identificados, tomando por base Weber e Pêrsigo (2017) que refletem sobre esse tipo de estudo, o qual facilita a busca de dados com fontes primárias valendo-se da disponibilidade de acesso a cada respondente. Nesse sentido, a respectiva parte possibilitou a busca da opinião de jovens da comunidade Quilombola Kalunga do Vão de Almas.

2.2 PARTICIPANTES

Os participantes deste estudo foram escolhidos com base nos objetivos propostos. Contudo, em decorrência das limitações de acesso geográfico, obteve-se a participação de 09 estudantes (ingressos) da LEdoC que tinham como local de referência a comunidade quilombola do Vão de Almas e que se dispuseram em responder à pesquisa de opinião, disponibilizada de forma *on-line*.

2.3 O CONTEXTO DA PESQUISA

É conhecido com base em Dias (2017), que a comunidade quilombola do Vão de Almas, a qual está entre as denominadas como Kalunga, encontra-se situada a aproximadamente 90 km da parte urbana da cidade de Cavalcante-GO. Tal localidade é cercada por montanhas e morros, tendo uma vegetação com arbustos baixos, que caracterizam o bioma cerrado, de modo que a diversidade florística, faunística, bem como as fontes de águas presentes ajudam a desvendar a sua rica beleza natural.

A comunidade do Vão de Almas, surgiu há mais de 200 anos, em decorrência da necessidade que as pessoas escravizadas tiveram de viverem longe dos arraiais de exploração, nos quais os negros oriundos da África eram submetidos a toda forma de trabalho desumano (COSTA, 2013). Nesse sentido, esses grupos, que fugiam do centro de escravidão presente nas proximidades da atual parte urbana do município de Cavalcante, constituíram o referente quilombo nessa região, onde encontraram refúgio entre as serras, enfim, tiveram a possibilidade de construir mesmo com muitas limitações uma nova vida nesse local, que se tornou um esconderijo dos perigos e ameaças da escravidão que insistia em prevalecer contra o povo negro (BAIOCCHI, 2006).

Como bem destaca o site Politizar da Universidade Federal de Goiás (2021), na região Centro-Oeste essa comunidade abriga o maior território Quilombola do Brasil. De modo que, o município de Cavalcante recentemente em um novo estudo apresentado, passou a ocupar a terceira posição em número de integrantes quilombolas de todo o país (G1 Goiás, 2023).

No que toca à origem da comunidade quilombola kalunga, da qual o Vão de Almas faz parte, obtém-se que: “a história dos Kalunga remete a 1722, quando Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, e João Leite da Silva Ortiz desencadeiam um processo de povoamento, ao iniciarem a colonização e a implantação do ciclo minerador- as ‘Minas dos Goyazes’”. (BAIOCCHI, 2006, p.27).

Assim, essa comunidade foi estabelecida em lugar de difícil acesso, sendo essa rodeada por outras comunidades no mesmo território e fora dele também, tendo esses diversos nomes, e estando distribuídas pelos três municípios goianos da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, a saber: Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Desta feita, mesmo diante de limitações, aquelas pessoas que conseguiram fugir para o quilombo em estudo lutaram muito até construírem uma nova morada, pois nesse contexto identificaram uma oportunidade de estabelecerem suas vidas, e sendo onde formaram suas famílias e passaram a criar formas para melhor lidarem com o cultivo da terra, lutando por seu território (COSTA, 2013), de modo que construíram a própria cultura para executarem o processo produtivo, sendo que tudo isso garantiu a sobrevivência nesse contexto.

Já no que toca à característica hidrográfica, a comunidade do Vão de Almas, de acordo com o estudo desenvolvido por Dias (2017), essa é banhada por cinco rios, sendo eles: Capivara, Gameleira, Paranã, Rio Branco e Pedra Preta, além de outros córregos que nesses desembocam. E ainda, quanto ao seu clima este é temperado, sendo um aspecto que favorece a dinâmica de vida dos moradores do local, especialmente no que diz respeito ao cultivo do solo. A referida comunidade possui aproximadamente 400 famílias quilombolas, que habitam essa região há séculos, sendo que essas sobrevivem a partir de práticas como: caça, pesca, e cultivos de cereais, legumes e tubérculos como: arroz, feijão, milho, mandioca, gergelim, jiló, quiabo, batata-doce, maxixe, cheiro-verde, fumo e entre outras hortaliças e culturas agrícolas em roças de toco (DIAS, 2017), realidade semelhante a que é encontrada em outras comunidades quilombolas dessa região do Estado de Goiás (UNGARELLI, 2009).

Ainda no que toca às práticas presentes nesta localidade, Fernandes (2015, p.423) que evidencia:

Além da agricultura, essas comunidades cultivam uma grande variedade de frutas e verduras nos arredores das suas casas e também dependem do extrativismo de

espécies nativas da região, como jatobá, gueroba, pequi, baru, cagaita, mangaba, baquari, cajuí, coco indaiá, buriti e o licuri (FERNANDES, 2015, p. 423).

Em complemento, destaca-se também que muitas famílias criam animais especialmente para a subsistência alimentar, entre esses: porcos, galinhas, gado e aves. Tais criações são negociadas a partir de trocas ou vendas entre integrantes da própria comunidade, de modo que alguns pagam por tais mercadorias no fim do mês, quando recebem seus benefícios ou outras formas de recursos financeiros. No entanto, percebe-se que de um tempo para cá diversas famílias estão deixando o cultivo em roças de toco, portanto nota-se um desvio da cultura e da tradição local (FERNANDES, 2015).

Ainda sobre o processo de constituição dessa comunidade, nota-se de acordo com Dias (2017, p.28) que:

[...] o povo Kalunga do Vão de Almas descende de pessoas que foram escravizadas e que, naquela época, fugiram à procura de esconderijos a fim de garantirem suas vidas livres da escravidão. Durante essas fugas eles se espalharam por diversas partes do território formando comunidades tradicionais e descobrindo novas formas de sustento, novos rituais, nova cultura até que se consolidaram como cultura camponesa quilombola. Com o passar dos anos, esses povos foram dando origem também a novas famílias, até que puderam ocupar todo território conquistado.

Com isso, destaca-se que a comunidade do Vão de Almas encontra-se em constante desenvolvimento, de modo que o seu povo vem adaptando-se a essas mudanças trazidas por alguns avanços e acesso a políticas públicas, como bem é o caso do acesso à energia elétrica, à internet, à água encanada, à expansão de estradas de acesso, e ao mesmo tempo maior possibilidade de manifestação de um de seus principais festejos como é o caso do festejo de Nossa Senhora D'Abadia (DIAS, 2017).

Contudo, as melhorias obtidas também trouxeram alguns obstáculos ambientais, como é o caso do assoreamento do Rio Capivara em decorrência do excesso de areia oriunda da expansão das rodagens (DIAS, 2017).

Ademais, a seguinte situação é destacada em relação ao local:

A comunidade até os dias de hoje, não possui postos de saúde que atendam as demandas apresentadas pelos moradores da comunidade. Com isso, quando necessitam de socorro para algum enfermo, algumas pessoas vão até um ponto onde haja sinal telefônico e ligam para o hospital, onde os responsáveis procuram meios de encaminhar um carro até a comunidade, para locomover o doente até o hospital do município de Cavalcante-Goiás. Porém, muitas vezes as enfermidades não são tratadas no hospital do município, sendo muitas vezes levadas aos hospitais de algumas capitais como: Brasília e Goiânia (DIAS, 2017, p.30).

Assim sendo, evidencia-se carências no campo do acesso à saúde pública nesta localidade, o que requer providências a fim de garantir maior qualidade de vida a esse povo

que precisa de acolhimento e reparação histórica.

2.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Pesquisa bibliográfica e documental – Para a execução dessas etapas da pesquisa fez-se buscas por livros, artigos, monografias, dissertações e teses no google acadêmico e também na plataforma SciELO, onde chegou-se aos materiais estudados. Tal etapa foi apresentada como revisão teórica deste estudo, vindo os seus achados a contribuir para os demais diálogos da pesquisa.

Pesquisa de opinião - Para a realização desta etapa junto aos jovens ledoquianos, foi empregado como instrumento de coleta de dados um formulário de perguntas do *Google Forms*, a partir do qual foi possível o envio de *links* com as questões para o público-alvo definido. O respectivo instrumento foi dividido em duas partes, a primeira contendo 06 questões semiabertas para busca dos dados socioeconômicos dos respondentes, preservando-se as informações que pudessem expor aspectos pessoais, haja vista o respeito às questões éticas da pesquisa; e a segunda parte contendo outras 08 questões semiabertas com informações específicas associadas aos objetivos propostos por este estudo. Após elaboradas as questões e selecionados os participantes fez-se o envio de um link para que estes respondessem ao formulário, de modo que no início do documento também constavam duas indagações que serviram de filtros para a seleção dos respondentes, a saber: Você é estudante de LEdoC (ingresso ou egresso) vinculado à comunidade quilombola do Vão de Almas? Você aceita participar deste estudo? Após isso, aqueles que receberam os convites *on-line* tiveram a liberdade de aceitarem ou não a participação, sendo que teve-se 09 aderentes que contribuíram para o levantamento de dados. Os resultados obtidos foram apresentados em gráficos, tendo-se reflexões através da técnica de análise de conteúdos, tendo-se por fundamentos para as discussões os autores estudados em relação ao assunto em pauta.

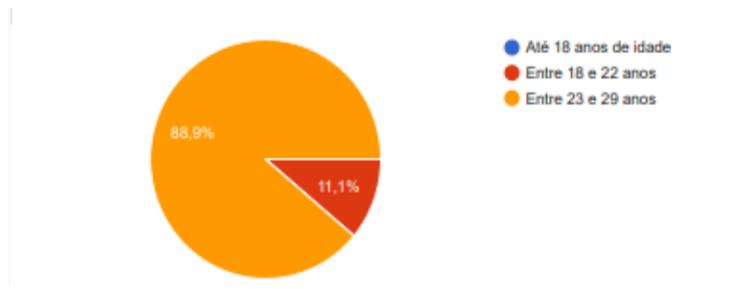
2.5 DADOS SOCIECONÔMICOS DOS PARTICIPANTES

Os dados socioeconômicos são importantes por ajudarem na compreensão das características que o grupo escolhido possui, de modo que isso permite refletir em torno do objeto de estudo (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Portanto, nesse instante são apresentados os achados da parte A do formulário do *Google Forms*.

Assim, em primeiro momento, obteve-se que os respondentes são estudantes que ainda

estão estudando o curso de LEdoC (100% ingressos). Já em relação à faixa etária, a maioria dos estudantes que responderam foram jovens com idades entre 23 e 29 anos, como demonstra a Figura 1, a seguir:

Figura 1: Faixa etária dos participantes

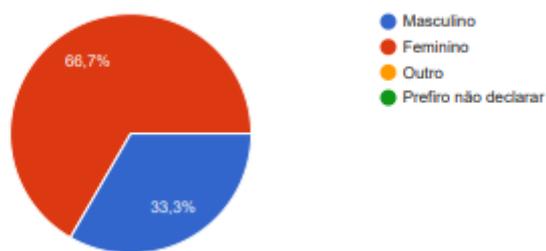


Fonte: A autora (2023).

De certo modo, no estudo preocupou-se em considerar a participação de estudantes da LEdoC com faixa etária de 18 a 29 anos, estabelecendo-se de acordo com Trancoso e Oliveira (2016) um momento específico para averiguação da juventude, processo que é mensuradamente identificado ao longo do ciclo de vida das pessoas.

Já sobre o gênero dos participantes, a maioria dos que interessaram-se em participar do estudo como ledoquiano foi o gênero feminino, segundo demonstra Figura 2:

Figura 2: Gênero dos participantes



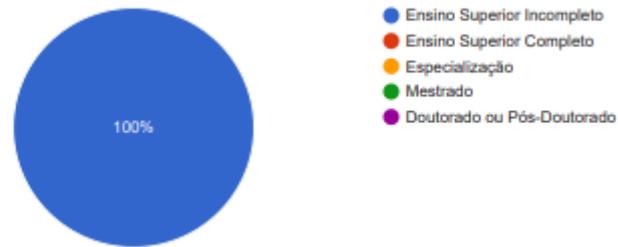
Fonte: A autora (2023).

Sendo assim, esse indicativo ajuda a conceber preliminarmente que o público feminino de jovens ledoquianos da comunidade do Vão de Almas está envolvendo-se de modo expressivo com essa formação no campo do ensino, o que de certa forma pode levar ao que Arroyo (2012) destaca como sendo fruto de um processo de conscientização, de resistência e de libertação da opressão de um grupo historicamente excluído, como bem é o caso das mulheres na sociedade, que usam a oportunidade de estudarem como ferramenta de superação

e emancipação social.

Como destacado, todos os estudantes que participaram do estudo ainda encontram vinculados como ingressos do curso de LEdoC, portanto, o nível de escolaridade configura-se como Ensino Superior Incompleto, como destaca a Figura 3:

Figura 3: Nível de escolaridade dos participantes

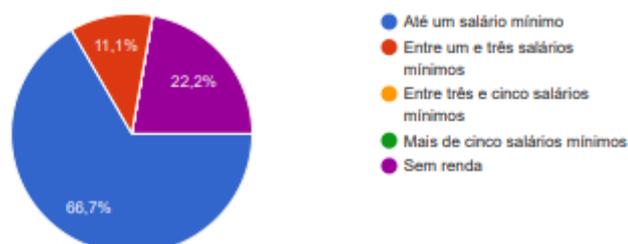


Fonte: A autora (2023).

De certo modo, já nota-se uma conquista dessa juventude, uma vez que os jovens da localidade estão tendo acesso ao Ensino Superior, o que denota o cumprimento de um dos ideais da LEdoC que é o de capacitar e emancipar o sujeito (jovem) do campo (CALDART *et al.*, 2012).

Já sobre a remuneração que esses jovens ledoquianos possuem, obteve-se que há predominância daqueles que afirmaram receber até um salário de remuneração, como bem detalha a Figura 4, logo abaixo:

Figura 4: Renda dos participantes



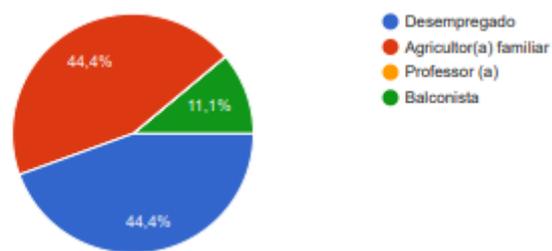
Fonte: A autora (2023).

Dessa forma, entre os jovens ledoquianos participantes percebe-se uma maioria que possui alguma fonte de renda na comunidade, embora baixa, e casos em que não existe uma fonte de renda fixa, o que de certo modo segundo apontam Zago e Bordignon (2012) termina

por motivar esses jovens e deixarem o campo onde vivem em busca de oportunidades de ganhos melhores.

Já sobre a profissão, por um lado, tem-se que esses estudantes que participaram do estudo, em maioria (55,5%), encontram-se envolvidos na agricultura ou noutra atividade diferente da função de professor ou educador na localidade, sendo que, possibilidades de aplicarem processos educacionais são oportunizados por estudos e pesquisas em tempo escola/universidade e em tempo comunidade através do curso de LEdoC, como percebe-se na Figura 5:

Figura 5: Profissão dos participantes



Fonte: A autora (2023).

Assim, é importante observar que uma quantidade representativa (44,4%) de jovens se encontra desempregada, de modo que esses podem estar sendo afetados pelo que Bergamasco e Norder (2010) chamaram de desemprego estrutural ou subempregos que por muitas vezes contribuem para a desigualdade social no campo e para os processos de emigração para os centros urbanos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico são apresentados os resultados e discussões inerentes aos achados a partir da pesquisa de opinião, necessariamente a parte B do formulário do *Google Forms*.

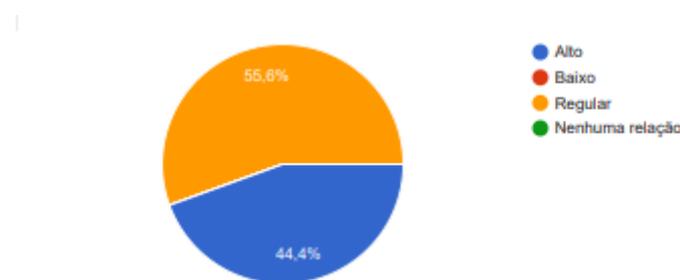
3.1 O ENVOLVIMENTO DO JOVEM LEDOQUIANO NA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DO VÃO DE ALMAS

Durante a pesquisa de opinião com os 09 jovens ledoquianos, residentes na comunidade kalunga do Vão de Almas, que faz parte da área quilombola, localizada na parte

rural do município goiano de Cavalcante, foi possível entender um pouco sobre a forma de envolvimento dos deles com os processos agrícolas ali desempenhados.

Com isso, a partir da indagação referente à primeira pergunta (Qual o nível de relação que você enquanto jovem ledoquiano tem com a Agricultura Familiar desenvolvida em sua comunidade?) obteve-se o reconhecimento por parte dos ledoquianos de que, de certo modo, existe algum nível de envolvimento desses com as atividades desenvolvidas no âmbito da Agricultura Familiar, contudo, predomina um contato regular, como destaca a Figura 6:

Figura 6: Nível de envolvimento dos jovens ledoquianos com a Agricultura Familiar

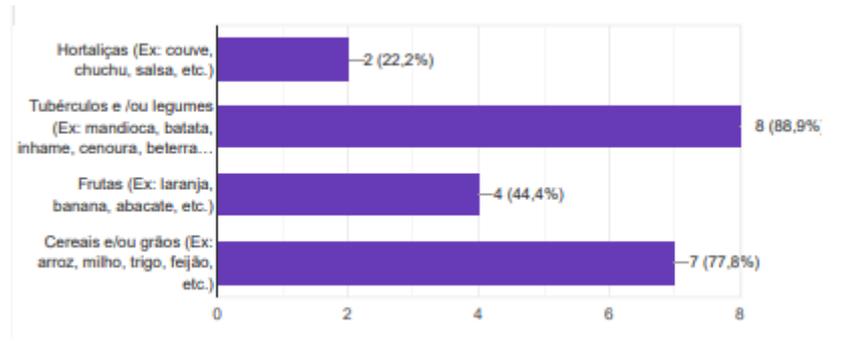


Fonte: A autora (2023).

Esse envolvimento com a Agricultura Familiar identificado pelos jovens como regular acende alertas em torno da necessidade de que medidas voltadas ao resgate dessa interação sejam fortalecidas, pois mesmo no contexto de uma política educacional como a LedoC, que visa o estímulo do relacionamento entre o estudante e a sua comunidade, é preciso pensar-se e repensar em formas que de acordo com Molina (2012) materializem os propósitos de empoderar os sujeitos do campo.

Já em relação à segunda questão temática (No caso de atuar na Agricultura Familiar, o que você e sua família produzem?) percebeu-se que no processo de envolvimento dos jovens com a atividade em estudo, esses e suas famílias produzem em maior quantidade culturas agrícolas vinculadas à classificação de tubérculos, cereais e grãos, como pode-se verificar na Figura 7, a seguir:

Figura 7: Tipo de produção agrícola das famílias

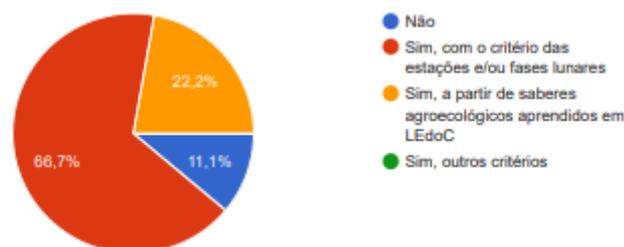


Fonte: A autora (2023).

Assim sendo, a característica da produção agrícola desempenhada pelas famílias desses jovens termina interagindo com o que Dias (2017) e Ungarelli (2009) entenderam fazer parte da dinâmica dos cultivos realizados em comunidades quilombolas dessa localidade.

Quanto à terceira questão (Você ajuda a escolher o que vai ser cultivado? Com qual(s) critério?) os jovens apontaram em maioria participarem do processo de decisão quanto ao que deve ser cultivado por suas famílias, de maneira que o clima, estações e fases lunares são utilizados como referência para este processo, como evidencia-se na Figura 8:

Figura 8: Participação do jovem na escolha do cultivo



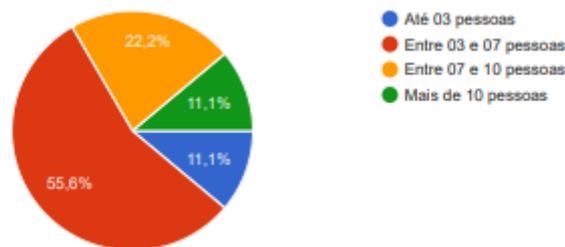
Fonte: A autora (2023).

Desta maneira, a forma de participação da juventude na agricultura dessa comunidade assinala para o fato de que saberes tradicionais e tecnológicos são considerados por esses no momento de ajudarem os seus familiares na escolha daquilo que vai ser cultivado, sendo que de acordo com Molina e Sá (2012) o estudante de LEdoC termina sendo preparado para desenvolver processos mais ecológicos, ou seja, que tragam sustentabilidade do ponto de vista econômico e ambiental. Logo, os jovens ledoquianos estão conseguindo desempenhar na agricultura um papel de incentivadores do respeito à cultura local, ao mesmo tempo que ao mantê-la, cumpre o objetivo pedagógico de demonstrar às suas famílias que a forma de produzirem é importante.

Na sequência, em relação à quarta questão (Quantas pessoas de sua família, além de

você, participam desse processo de Agricultura Familiar?) os jovens destacaram que os seus familiares participam do processo produtivo, de modo que a Figura 9, logo abaixo, reflete essa relação quantitativa:

Figura 9: Quantidade de participantes na Agricultura Familiar



Fonte: A autora (2023).

Esse indicador termina por ajudar no entendimento de que a Agricultura Familiar, da qual participam a maioria dos jovens ledoquianos do Vão de Almas, termina sendo desenvolvida a partir de um dos requisitos que delimitam o acesso ao PRONAF (BACEN, 1995). Isso significa que a participação familiar é um elemento relevante por ser uma das condicionalidades de adesão a este programa de obtenção de recursos necessários para o desenvolvimento agrícola por pequenos agricultores nas propriedades rurais. Destaca-se que o entendimento dos requisitos que compõem programas como esse é fundamental por parte do estudante de LedoC, para que este consiga ter maiores informações a serem multiplicadas em suas comunidades, de modo que o jovem pode ater-se desses saberes a fim de conduzir a avanços e a soluções aplicáveis na realidade do campo.

Afirma-se que nessa comunidade quilombola Kalunga a Agricultura Familiar ainda é pouco beneficiada por políticas públicas específicas para este fim. De todo modo, conforme apresentado pelos entrevistados, quando acontece de participarem de políticas agrícolas há predominância no acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que de acordo com o Bacen (1995), foi um programa implementado justamente para financiar as atividades e os projetos agrícolas capazes de gerarem renda e desenvolvimento econômico e social às famílias rurais beneficiadas, entre elas os grupos familiares quilombolas.

De certo forma, as poucas famílias residentes nessa comunidade em estudo, que são contempladas com os recursos do PRONAF, percebem impactos positivos especialmente na vida de seus jovens, que são estimulados a continuarem a produzir no contexto das roças de

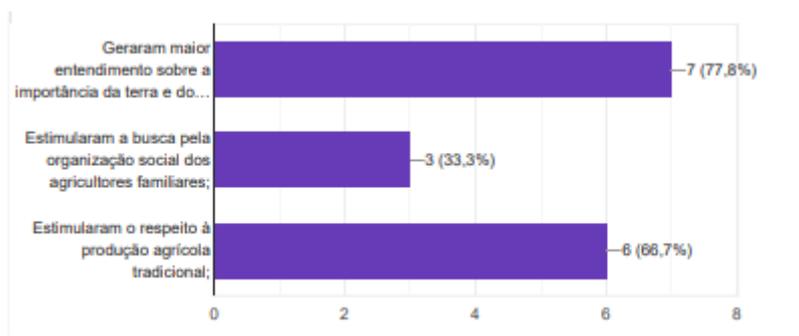
subsistência e de existência quilombola, haja vista que como bem pontua Ferreira (2022) o desenvolvimento de uma Agricultura Familiar, que respeita o modo de fazer desses povos, torna-se também um meio de posicionamento e de manifestação do existir desses sujeitos na sociedade.

3.2 INFLUÊNCIA DOS SABERES DE LEDOC NA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DO VÃO DE ALMAS

Nessa parte buscou-se aprofundar um pouco em torno da influência que os saberes da LEdoC exercem na participação de seus estudantes vinculados à comunidade quilombola do Vão de Almas.

Diante disso, seguiu-se com as questões específicas de campo, de modo que a quinta questão (De que forma os seus estudos em LEdoC melhoraram a sua relação com a Agricultura Familiar em sua comunidade?) oportunizou o entendimento de que os jovens respondentes apontaram que os conhecimentos obtidos nesta formação incentivaram o reconhecimento da importância da terra que ocupam e o respeito aos saberes tradicionais na produção agrícola, como realça a Figura 10:

Figura 10: LEdoC na participação dos jovens na Agricultura Familiar



Fonte: A autora (2023).

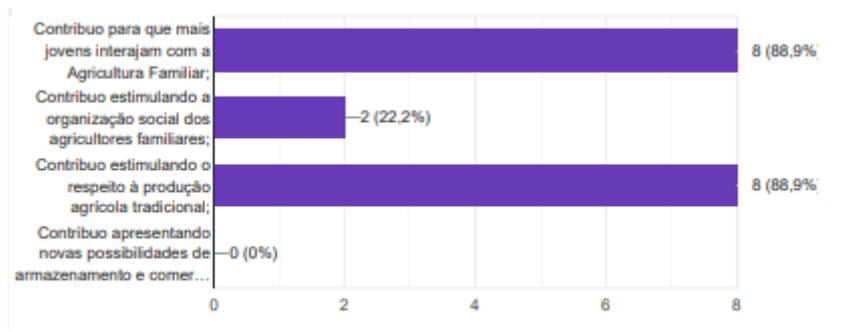
Logo, a referente constatação aponta ainda mais para a importância dos saberes oriundos de LEdoC como ferramentas que vêm ajudando no decorrer do processo formativo desses estudantes quilombolas, principalmente no que toca ao maior domínio de informações que auxiliam e fortalecem a participação desses na realidade da Agricultura Familiar desse local, vindo isso a confirmar o que Arroyo (2012) e de modo peculiar, Molina e Sá (2012)

consideram como um processo e emancipação do sujeito do campo a partir do acesso à formação universitária, o que de certo modo vem acontecendo com os ingressos e egressos do curso de LEdoC.

3.3 COMO O JOVEM LEDOQUIANO ESTÁ FORTALECENDO A AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DO VÃO DE ALMAS?

No presente tópico apresenta-se uma reflexão em torno das respostas obtidas para a sexta questão (Como jovem ledoquiano (ingresso) como você considera que está contribuindo para o fortalecimento da Agricultura Familiar em sua comunidade?). Sendo assim, ao serem indagados quanto a este aspecto, os jovens apontaram estarem contribuindo para a Agricultura Familiar local, como bem detalha a Figura 11:

Figura 11: Como o jovem ledoquiano está contribuindo para a Agricultura Familiar?



Fonte: A autora (2023).

Nesse sentido, esses jovens ledoquianos levam a compreender que, mediante o acesso aos saberes oportunizados pela LEdoC, esses estão tendo maiores condições de cumprirem um papel de multiplicadores e influenciadores de outros jovens no que toca ao estímulo à participação nos processos agrícolas ali presentes. E isso de acordo com o que apontam Zago e Bordignon (2012), bem como outros autores estudados como Giacomelli (2015) e Santos *et al.* (2022), é fundamental para que cada vez mais os jovens percebam o quanto eles são necessários para a transformação do espaço social no qual vivem.

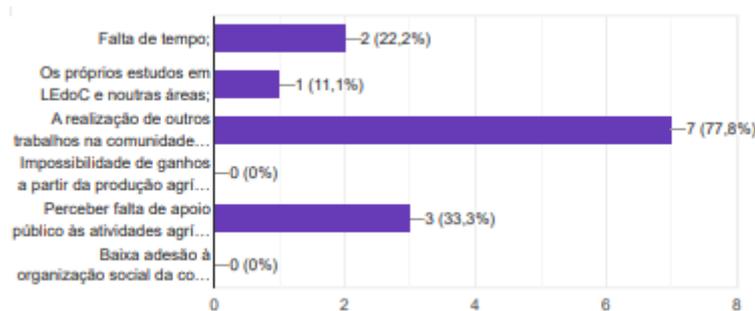
Por outro lado, como em seus estudos eles são estimulados a valorizarem os saberes e fazeres tradicionais do quilombo, tais jovens, conforme também destacam Carrano e Brenner (2017), contribuem para que mais ainda os conhecimentos dos povos do campo ganhem espaço e não sejam menosprezados pelo fato de haver outras técnicas produtivas, contudo, a interação entre esses saberes termina fortalecendo a relação entre o ser humano e a natureza,

de modo a estabelecer-se dinâmicas de trabalho mais produtivas e sustentáveis.

3.4 OS LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM LEDOQUIANO NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DO VÃO DE ALMAS

Por último, buscou-se obter a percepção dos jovens ledoquianos da comunidade quilombola do Vão de Almas em torno do que representa limites e possibilidades para que envolvam e participem mais da Agricultura Familiar nesse território. Por tanto, trouxe no formulário *on-line* a sétima questão (Qual(s) aspecto(s) você considera como sendo limite(s) para a sua interação com as práticas de desenvolvimento da Agricultura Familiar em sua comunidade?) para a qual obteve-se que a realização de outros trabalhos e atividades repercutem no afastamento do jovem do contexto da Agricultura Familiar, como bem detalha a Figura 12:

Figura 12: Limites para a participação do jovem ledoquiano na Agricultura Familiar?



Fonte: A autora (2023).

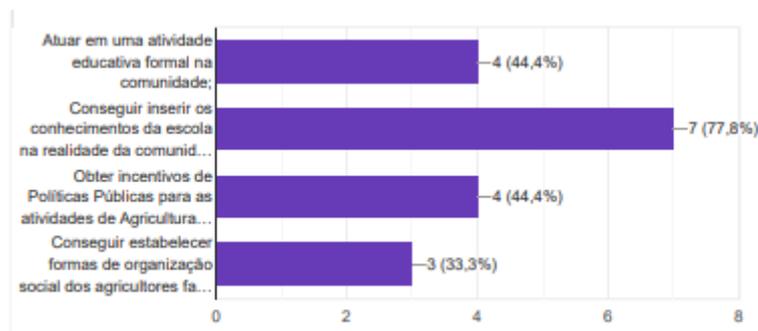
Como é evidenciado pelos jovens ledoquianos o fato de realizarem outras atividades, sejam essas as de estudos, de trabalhos e tarefas domiciliares, comprometem em muito a participação deles como idealizam na Agricultura Familiar, além da percepção de que o pouco incentivo (de políticas públicas) à produção agrícola na localidade exerce alguma forma de desestímulo.

Nesse sentido, tem-se Novaes (2007), que demonstra o quanto o jovem é naturalmente conduzido a ter diversas atribuições na sociedade, portanto, o fator tempo na vida da juventude contemporânea é de certo modo comprometido, sendo a essa posto o desafio de conciliar diferentes atividades, uma vez que nesta fase da vida vive-se uma “etapa de transição, na qual os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno

de direitos e deveres de cidadania” (NOVAES, 2007, p.99). Desta maneira, o jovem ledoquiano precisa distribuir o seu tempo entre as atividades da comunidade, da vida pessoal e as relacionadas à escola ou universidade (MOLINA; SÁ, 2012).

Na sequência, através da questão 8 (Qual(s) aspecto(s) você considera como sendo possibilidade(s) para a sua interação com as práticas de desenvolvimento da Agricultura Familiar em sua comunidade?) foi possível obter a opinião dos jovens quanto ao que eles podem fazer para serem mais participativos na Agricultura Familiar da comunidade onde vivem, portanto, contribuindo para o fortalecimento desta, como detalha a Figura 13, logo abaixo:

Figura 13: Possibilidades para a participação do jovem ledoquiano na Agricultura Familiar?



Fonte: A autora (2023).

Como apontam os jovens ledoquianos da comunidade do Vão de Almas, esses consideram como possibilidade de inserção e de participação na Agricultura Familiar o que também é um dos objetivos da formação em LEdoC (MOLINA; SÁ, 2012), ou seja, destaca-se por viabilizar a interação entre os saberes científicos trabalhados na realidade escolar com os alunos e os saberes tradicionais presentes no contexto da comunidade. E nesse caso, esses estudantes de LEdoC, futuros educadores do campo, podem ter a oportunidade de aplicarem técnicas de organização social e de emancipação da comunidade onde vivem a partir das trocas de conhecimentos relacionadas às práticas agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe contribuições importantes em torno da relação existente entre a juventude e a Agricultura Familiar, e de modo próprio tratou sobre a contribuição dos jovens

da comunidade Quilombola do Vão de Almas para o fortalecimento deste setor, portanto atingindo-se o objetivo geral proposto.

Inicialmente, notou-se a partir dos fundamentos teóricos, que a juventude está historicamente atrelada à Agricultura Familiar brasileira, de modo que os jovens quilombolas, os quais habitam o meio rural, ganharam maiores oportunidades de continuarem seus estudos e manterem a relação com a terra e com o seu território de origem a partir do acesso à Licenciatura em Educação do Campo, a qual é carinhosamente chamada por sua sigla, LEdoC.

Enquanto isso, por meio da pesquisa de opinião, obtida a partir da aplicação de um formulário *on-line* do *Google Forms*, que na dinâmica dos alunos ledoquianos da comunidade do Vão de Almas existe determinado empenho por parte desses para que eles consigam relacionar as atividades de campo com os seus estudos e os outros afazeres que desempenham na localidade em pauta. No entanto, constou-se haver um envolvimento ainda regular dessa juventude com os processos agrícolas coexistentes em tal território.

De certo modo, entendeu-se que há limites e possibilidades que influenciam a interação desses jovens ledoquianos com o desenvolvimento da Agricultura Familiar neste quilombo. Sendo assim, destaca-se que o acúmulo de tarefas aos jovens de certo modo limita a participação deles nas práticas agrícolas, ao mesmo tempo em que eles apontaram a perspectiva de que quando estiverem formados e já em atuação como educadores do campo, eles consigam maneiras de transferirem para a comunidade muitos dos saberes científicos que vierem a semear na escola junto aos seus futuros alunos. Logo, entre esses conhecimentos estarão aqueles relacionados com as novas práticas agrícolas, que são direcionadas para a sustentabilidade econômica e ambiental.

Tal situação aponta para a necessidade de que cada vez mais tanto o projeto de LEdoC, quanto o contexto educacional e social do quilombo seja trabalhado em favor de que a relação da juventude seja de fato muito mais fortalecida, operando-se políticas públicas de incentivo a essa interação tão necessária e emergente frente às demandas locais, que requerem maior envolvimento e participação do jovem com a finalidade de transformar esse cenário social.

Por fim, a partir desse estudo, é perceptível que Agricultura Quilombola ainda tem tido pouca relação com o projeto educativo das escolas e ao mesmo tempo com o que se propõe no projeto de Educação do Campo nessa comunidade estudada. Isso especialmente devido a baixa interação entre esses setores para que os seus objetivos dialoguem mais, uma vez que a falta de consideração da realidade das práticas agrícolas presentes nesse contexto dentro das aulas escolares e universitárias revela um problema a ser enfrentado.

Desta maneira, a formação em LEdoC para continuar a contribuir com a construção de um projeto realmente vinculado ao desenvolvimento do campo precisa melhorar a sua interação com a realidade dos ledoquianos, enfim, essa formação pode criar atividades mais dinâmicas que permitam aos seus estudantes aproveitarem melhor o tempo comunidade e a aplicação dos saberes científicos obtidos na área da agricultura local.

Nesse sentido, essa pesquisa toma como referência o estudo de Lopes e Oliveira (2020) que aponta a importância de uma Educação do Campo capaz de promover, entre outros, políticas públicas benéficas para a Agricultura Familiar, de forma a promover a Reforma Agrária, a assistência técnica e a extensão rural. Com isso, o projeto educativo da LEdoC deve preparar os seus estudantes para exercerem e ensinarem essas habilidades que promovam real desenvolvimento social e econômico através das práticas agrícolas, de maneira que esses aspectos em conjunto incentivem os jovens a assumirem lideranças, a permanecerem em suas comunidades e a adotarem um papel mais ativo a fim de que ocorra uma melhora significativa na vida coletiva no âmbito quilombola.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Formação de Educadores do Campo**. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. (pp. 361- 367).

BAIOCCHI, M. N. **Kalunga: Povo da Terra**. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução nº 2191, de 24 de agosto de 1995**. Crédito Rural - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v3_L.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. **Assentamentos rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais**. In: CARTER, M. (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. (p. 331-351).

BERTOLINI, M. M.; PAULA FILHO, P. L.; MENDONÇA, S. N. T. G. A importância da Agricultura Familiar na atualidade. In: Congresso Internacional da Agroindústria, Recife/PE. **Anais**. Recife, 2020.

BRAGA, Sandra. Quilombo mesquita (GO): boas práticas da agricultura familiar. In: PENHA, Kátia et al. **Jornal da Agricultura Familiar Quilombola**. Edição-Especial. CONAQ/ECAN, 2022.

BRASIL. Agricultura Familiar: Identidade, Cultura, Gênero e Etnia. **Caderno 1. Ed. Ministério da Educação**. Brasília-DF: Secad, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos: Modalidade Compra Institucional (PAA-CI)**. Brasília: Edição Revisada e Atualizada, Agosto de 2017.

CALDART, R. S. **Educação do Campo**. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. (pp. 259- 267).

CARRANO, P. C. R.; DAYRELL, L.; SILVA, A. B. **Sementes da memória: um documentário sobre jovens (e) quilombolas**. Rio de Janeiro, 2006.

CARRANO, P. C. R.; BRENNER, A. K. A Escuta de Jovens em Filmes de Pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 439-454, abr./jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623664317>

CHRISTOFFOLI, P.I. **Cooperação agrícola**. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. (pp. 59-165).

COMPARIN, A. **Sucessão rural: motivos que influenciam o jovem a permanecer ou não nas propriedades rurais**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia). Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó/SC, 2015.

COSTA, V. S. **A luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo). Faculdade UnB Planaltina – FUP/ UNB, Planaltina/DF, 2013.

CUPERTINO, M. C. **Juventude rural quilombola: identificação, reconhecimento e políticas públicas**. Viçosa, Minas Gerais – Brasil, 2012.

D'AGOSTINI, A.; TAFFAREL, C. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. L. **Escola Ativa**. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. (pp. 315-326).

DELGADO, G. C. **A questão agrária e os movimentos Sociais do campo**. In: CARTER, M. (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. (pp. 81-112).

DIAS, D. S. **Um olhar afrocentrado sobre as mulheres Kalunga da comunidade de Vão De Almas - Cavalcante - GO**. 2017. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo)- Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2017.

FERREIRA, Oildo. Mato Grosso: Boas Práticas Da Agricultura Familiar Quilombola. In:

PENHA, Kátia et al. *Jornal da Agricultura Familiar Quilombola*. Edição-Especial. CONAQ/ECAN, 2022.

FERNANDES, C. R. O que queriam os Kalungas? A transformação do olhar acadêmico sobre as demandas quilombolas do nordeste de Goiás. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 421-431, jul./dez. 2015.

GIACOMELLI, A. M. **Juventude Rural, Permanência no campo e a sucessão na Agricultura Familiar**: diálogos e reflexões a partir da Política Nacional de Habitação Rural. 2015. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Geografia). Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó-SC, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

G1. **Comunidades quilombolas**. Disponível em: <https://politizar.ufg.br/p/35971-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 01 nov. 2023.

LIMA, L. N. M. Sítio histórico e patrimônio cultural kalunga: a emergência da identidade étnica kalunga pelos direitos fundiários. In: III Congresso Internacional de História da UFG/Jataí. História e Diversidade Cultural. Textos Completos. Jataí-GO. **Anais**. Jataí-GO: Curso de História, 25 a 27 de setembro de 2012.

LOPES, Jonalvo Absair. OLIVEIRA, Guilherme Resende. A Educação do Campo e a Agricultura Familiar no novo contexto político. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, ed. 12, vol. 13, pp. 56-73, dezembro de 2020.

MARQUES, L. F. S.; SANTOS, M. M.; CARVALHO, C. M. R. G. Lei 11.947/2009, PNAE e Agricultura Familiar: aplicação dos construtos legais em um projeto extensionista. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 7, n. 24, p.312-327, dezembro/2021.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. **Licenciatura em Educação do Campo**. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. (pp. 468- 474).

MOLINA, M. C. **Políticas Públicas**. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. (pp. 587- 596).

NAVARRO, Z. S.; CAMPOS, S. K. A “pequena produção rural” no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 3, n. 1, p. 25-92, 2014.

NEGRI, J. A.; ARAÚJO, B. C.; BACELETTE, R.; FIORAVANTE, D.; LI, D. L.; FURTADO, B. **Financiamento do desenvolvimento no Brasil**. In: NEGRI, J. A.; ARAÚJO, B. C.; BACELETTE, R. (orgs.). *Financiamento do desenvolvimento no Brasil*. Brasília: IPEA, 2018. (p.7-46).

NEVES, D. P. **Agricultura Familiar**. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. (pp. 259- 267). (pp.34-42).

NOVAES, R. Nada será como antes: notícias das juventudes Sul-americanas. **Observatório da Cidadania**, p.99-107, 2007.

PARÉ, Marilene Leal; OLIVEIRA, Luana Paré de; VELLOSO, Alessandra D'Aqui. A educação para Quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga do Engenho II (GO). **Cad. Cedes**, vol. 27, n. 72, p. 215-232, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/26912/1/a07v2772.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

PENHA, Kátia. **Boas práticas da agricultura familiar quilombola e a relação com a mitigação das mudanças climática**. In: PENHA, Kátia et al. *Jornal da Agricultura Familiar Quilombola*. Edição-Especial. CONAQ/ECAN, 2022.

PEREIRA, I. B. **Educação Profissional**. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. (pp. 288-295).

PERIN, G.; ALMEIDA, A. F. C. S.; SPÍNOLA, P. A. C.; PELLA, A. F. C.; SAMBUICHI, R. H.R. **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2021, 113p.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo**. Rio Grande do Sul, 2011.

SANTOS, C. A. dos; ROCHA, E. N.; CASTRO, E. G. de.; SARAIVA, R. C. F. Residência agrária jovem da Universidade de Brasília (UnB): História, memória, organização e resistência da juventude do campo. **Revista Inter-ação**, Goiânia, v. 47, n. 2, p. 407-423, 2022. DOI: 10.5216/ia.v47i2.71902. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/71902>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SILVA, C. E. M. **Sustentabilidade**. In: CALDART, R. S. et al. (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. (pp. 730-734).

SILVEIRA, D. T. ; CÓRDOVA, F. P. **Unidade 2 – a pesquisa científica**. In.: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SOUZA, Uilson Viana De; FREITAS, José Ramos De. **Bahia: Boas práticas da agricultura familiar quilombola**. In: PENHA, Kátia et al. *Jornal da Agricultura Familiar Quilombola*. Edição-Especial. CONAQ/ECAN, 2022.

TELES, T. F. C.; SOUZA, J. B. D.; SILVA, E. A. Cooperação e associação econômica de mulheres kalungas na extração e venda de sementes e frutos do cerrado: um estudo na comunidade quilombola de Monte Alegre-GO. **Altus Ciência**, vol. 17, 222-242, jan.jul.2023.

TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA; A. A. S. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 11(2), 278-294, São João del-Rei, julho a dezembro 2016.

UNGARELLI, D. B. **A comunidade Quilombola Kalunga do Engenho II: Cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes**. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB, 2009.

VELLOZO, J. C. O.; ALMEIDA, S. L. O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial. **Rev. Direito e Práxis**, vol.10, no.3, Jul/Set. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v10n3/2179-8966-rdp-10-03-2137.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023

WEBER, A. F.; PÉRSIGO, P. M. **Pesquisa de opinião pública: princípios e exercícios**. Santa Maria: Facos – UFMS, 2017.

ZAGO, N.; Bordignon, C. Juventude rural no contexto da Agricultura Familiar: migração e investimento nos estudos. In: IX Anped Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul: Anped, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário de Pesquisa de Opinião (Formulário google forms)

Sou a aluna **Tháisse Gonçalves dos Santos Rosa**, discente do Curso de Licenciatura em

Educação do Campo (LEdoC) da Universidade de Brasília (UnB) FUP/UnB. Desejo contar com a sua participação para responder a este questionário sobre a seguinte temática **“JUVENTUDE E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO COM ESTUDANTES DE LEDOC DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VÃO DE ALMAS”**, o qual área de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso. Agradeço desde já por sua contribuição para os avanços da ciência em torno da pauta estudada.

Filtro: Você é estudante de LEdoC (ingresso) vinculado à comunidade quilombola do Vão de Almas?

Sim – prosseguir; Não - parar

Parte A - Dados socioeconômicos dos estudantes voluntários

1.1. Você é: Ingresso de LEdoC Egresso de LEdoC

1.2. Idade: _____

1.3. Sexo: _____

1.3. Profissão: _____

1.4. Renda mensal é de aproximadamente:

- Sem renda própria
- Benefício ou Auxílio do governo
- Até um salário mínimo
- Entre um e três salários mínimos
- Entre três e cinco salários mínimos
- Mais de cinco salários mínimos
- não informar.

Parte B – Informações relacionadas à temática

OBJETIVO 1 - * Identificar a dinâmica de relação dos ledoquianos (ingressos e egressos) com as atividades agrícolas da comunidade do Vão de Almas;

1- Qual o nível de relação que você enquanto jovem ledoquiano tem com a Agricultura Familiar desenvolvida em sua comunidade? (escolha somente uma alternativa)

- Alto
- Baixo
- Regular
- Nenhuma relação

2 – No caso de atuar na Agricultura Familiar, o que você e sua família produzem? (Você pode escolher quantas alternativas desejar)

- Hortaliças
- Tubérculos
- Frutas
- Legumes
- Outros _____

3- Você ajuda a escolher o que vai ser cultivado? Com qual(s) critério? (escolha somente uma alternativa)

- Não
- Sim, com critério das estações
- Sim, a partir de saberes agroecológicos aprendidos em LEdoC
- Sim, outros critérios _____

4- Quantas pessoas de sua família, além de você, participam desse processo de Agricultura Familiar? (escolha somente uma alternativa)

- Até 03 pessoas
- Entre 03 e 07 pessoas
- Entre 07 e 10 pessoas
- Mais de 10 pessoas

5-De que forma os seus estudos em LEdoC melhoraram a sua relação com a Agricultura Familiar em sua comunidade? (Escolha até duas alternativas)

- Geraram maior entendimento sobre a importância da terra e dos direitos relacionados;
- Estimularam a busca pela organização social dos agricultores familiares;
- Estimularam o respeito à produção agrícola tradicional;
- Outro _____

6-Como jovem ledoquiano (ingresso ou egresso) como você considera que está contribuindo para o fortalecimento da Agricultura Familiar em sua comunidade? (Escolha até duas alternativas)

- Contribuo para que mais jovens interajam com a Agricultura Familiar;
- Contribuo estimulando a organização social dos agricultores familiares;
- Contribuo estimulando o respeito à produção agrícola tradicional;
- Contribuo apresentando novas possibilidades de armazenamento e comercialização da produção agrícola;
- Outro _____

OBJETIVO 2 - * Averiguar os limites e possibilidades da interação entre os jovens ledoquianos e o desenvolvimento da Agricultura Familiar do local em estudo;

1- Qual(s) aspecto(s) você considera como sendo limite(s) para a sua interação com as práticas de desenvolvimento da Agricultura Familiar em sua comunidade?

- Falta de tempo;
- Os próprios estudos em LEdoC;
- A realização de outros trabalhos na comunidade ou fora dela;
- Impossibilidade de ganhos a partir da produção agrícola de subsistência;

- Perceber falta de apoio público às atividades agrícolas das famílias quilombolas;
- Baixa adesão à organização social da comunidade;
- Outra _____

2- Qual(s) aspecto(s) você considera como sendo possibilidade(s) para a sua interação com as práticas de desenvolvimento da Agricultura Familiar em sua comunidade?

- Atuar em uma atividade educativa formal na comunidade;
- Conseguir inserir os conhecimentos da escola na realidade da comunidade;
- Obter incentivos de Políticas Públicas para as atividades de Agricultura Familiar;
- Conseguir estabelecer formas de organização social dos agricultores familiares da comunidade (ex: associação ou cooperativa);
- Outra _____